



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**SHEILA KELLY PAULINO NOGUEIRA**

**CONFLITOS E TERRITORIALIDADES RESISTENTES**  
**EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA COSTEIRA CEARENSE**

**FORTALEZA**

**2016**

SHEILA KELLY PAULINO NOGUEIRA

CONFLITOS E TERRITORIALIDADES RESISTENTES  
EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA COSTEIRA CEARENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

N715c Nogueira, Sheila Kelly Paulino.  
Conflitos e Territorialidades Resistentes em Comunidades Tradicionais na Zona Costeira Cearense / Sheila Kelly Paulino Nogueira. – 2016.  
117 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles.

1. zona costeira cearense. 2. comunidades tradicionais. 3. conflitos. 4. território. I. Título.

CDD 910

---

SHEILA KELLY PAULINO NOGUEIRA

**CONFLITOS E TERRITORIALIDADES RESISTENTES  
EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ZONA COSTEIRA CEARENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Aprovada em 30/11/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Jeovah de A. Meireles (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Cícero Nilton Moreira da Silva  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anna Erika Ferreira Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

*para Pedro e Marina*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às comunidades tradicionais costeiras, com as quais pude estar em contato ao longo de um tempo que antecede esta pesquisa, pelo conhecimento compartilhado, fundamental para o que me tornei. À comunidade de Caetanos de Cima, pela acolhida, pelas conversas, pela confiança e por tudo que ensina como afirmação da vida.

Agradeço ao Professor Jeovah Meireles, orientador, mestre de navegação, pela paciência e sabedoria com que conduziu esta travessia, indicando rotas, e por sempre me dizer que aportaríamos, não importando se o porto de chegada seria o desejado, afinal as chegadas são apenas lugares de onde partiremos novamente. Foi um privilégio navegar em sua companhia!

Aos professores Levi Furtado, Edson Vicente e Cícero Silva, pelas indicações para o aprimoramento do trabalho durante o exame de qualificação, e à professora Anna Lima, que se juntou aos três na banca de defesa. Recebo a leitura e o diálogo crítico e cuidadoso que realizaram como contribuições de valor inestimável.

Agradeço aos/às professores/as do Programa de Pós-graduação em Geografia, pela excelência da formação acadêmica e à FUNCAP, pela bolsa de estudos. Aos/às colegas da turma de doutorado, pela partilha do cotidiano acadêmico, em especial, à Juliana Farias e Rosemary Negreiros, com as quais extrapolei os corredores da Universidade para construir uma bonita amizade.

À minha família e à de Jefferson, parceiras na produção desse trabalho, por acolheram carinhosamente Pedro e Marina, permitindo tempo para escrita deste trabalho e comprovando que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” (provérbio africano).

Ao Jefferson Souza, companheiro na vida, pelo amor e apoio de todo dia, todo o meu amor. Ao Pedro e a Marina que enchem a nossa casa e vida de alegria e esperança.

À Aline Baima, Gigi Castro e Gabriela Catunda, presenças afetivas na travessia final, a quem agradeço o auxílio luxuoso na revisão e edição do trabalho. À Águeda e Camila, pelas fotografias e pelo carinho. À Janice, pelos incensos e cafés

filosóficos. À Lana Nascimento, pelas conversas além-mar, a partir das quais temos construído uma geografia do afeto.

Sem que precise nomear, agradeço a todas as pessoas com quem convivi afetivamente durante a produção deste trabalho. Cada uma, da sua forma, me trouxe incentivo para seguir navegando.

## RESUMO

O objetivo desta tese é compreender a reconfiguração do espaço na zona costeira cearense à luz dos conflitos socioambientais que se estabelecem frente às múltiplas formas de apropriação dos recursos naturais e territoriais na região. A pesquisa qualitativa foi o caminho escolhido para a análise de microprocessos que permitissem identificar as territorialidades que emergem da ação de comunidades tradicionais frente aos conflitos socioambientais. A pesquisa de campo foi realizada na comunidade de Caetanos de Cima, que integra o Assentamento Sabiaguaba, localizado no município de Amontada/CE, por apresentar a peculiaridade de o assentamento estar localizado na zona costeira cearense, configurando uma conformação socioespacial a partir da relação entre terra e mar, entre atividades agrícolas e marítimas. Soma-se a isso, a história de resistência e luta pela posse e demarcação das terras, que marca o cotidiano da referida comunidade. A partir dessas escolhas, a tese traça um panorama da diversidade de usos e apropriações territoriais em curso na zona costeira cearense. Em seguida, busca identificar quais são os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos socioambientais, seus interesses, suas estratégias, convergências e divergências; e organiza um quadro dos principais conflitos socioambientais em curso na zona costeira cearense, que evidencia os tipos de conflito em curso e as ações de resistência que têm sido construídas pelas comunidades tradicionais costeiras. Por fim, a comunidade de Caetanos de Cima é apresentada, a partir da luta pela terra e pelo território e das territorialidades resistentes que afirmam o modo de vida sustentável com o qual a comunidade lida com a gestão dos recursos de uso comum.

**Palavras-chave:** Zona Costeira Cearense. Comunidades Tradicionais. Conflitos. Território.



## ABSTRACT

The goal of this thesis is to understand the reconfiguration of space in the coastal zone of Ceará in the light of the socio-environmental conflicts that are established in the face of multiple forms of appropriation of natural and territorial resources in the region. The qualitative research was the chosen path for microprocesses analysis to identify the territorialities which emerge from the action of traditional communities in the face of socio-environmental conflicts. The field research was carried out in the community of Caetanos de Cima, which integrates the Sabiaguaba settlement, located in the municipality of Amontada / CE, because it presents the peculiarity of the settlement being located in the coastal zone of Ceará, configuring a socio-spatial conformation based on the interface between land and sea, between agricultural and maritime activities. Added to this, the history of resistance and struggle for land ownership and demarcation, which marks the daily life of the community. Based on these choices, the thesis draws an overview of the diversity of territorial uses and appropriations in progress in the coastal zone of Ceará. Next, it seeks to identify which are the social subjects involved in the socio-environmental conflicts, their interests, their strategies, convergences and divergences; and organizes a picture of the main socio-environmental conflicts in the coastal zone of Ceará, which shows the types of conflict in progress and the resistance actions that have been built by the traditional coastal communities. Finally, the community of Caetanos de Cima is presented, starting from the struggle for land and territory and the territorialities which resist and affirm the sustainable way of life with which the community deals with the management of resources of common use.

**Keywords:** Coastal Zone of Ceará. Traditional Communities. Conflicts. Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunidades tradicionais e étnicas e conflitos ambientais ao longo da zona costeira.....	50
Figura 2 – Tipologias dos conflitos socioambientais da zona costeira cearense .....	51
Figura 3 – Linha do tempo da formação administrativa do município de Amontada CE .....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunidades costeiras, conflitos e estratégias de resistência .....	42
--	----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica de Caetanos de Cima no Ceará .....	18
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

APA – Área de Proteção Ambiental

APAPAIS – Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores do Assentamento Sabiaguaba

AQUASIS – Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

CF – Constituição Federal

CIC – Centro Industrial do Ceará

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EPTC – Escola Popular de Turismo Comunitário

FCM – Fórum Cearense de Mulheres

FDZCC – Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

REALCE – Rede de Educadores e Educadoras do Litoral Cearense

REDE TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário

RENAP – Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares

RESEX – Reserva Extrativista

SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFC – Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	Delimitação espaço-temporal.....	17
1.2	Contextualização do objeto e do recorte empírico da pesquisa.....	21
1.3	Metodologia.....	22
<b>2</b>	<b>ZONA COSTEIRA CEARENSE: USOS E APROPRIAÇÕES .....</b>	<b>27</b>
2.1	Processos geoambientais ao longo do litoral cearense.....	32
<b>3</b>	<b>COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>CAETANOS DE CIMA E AS TERRITORIALIDADES RESISTENTES .....</b>	<b>57</b>
4.1	O município de Amontada.....	58
4.2	O Assentamento Sabiaguaba.....	63
4.3	Caetanos de Cima - notas sobre o histórico de ocupação.....	67
4.4	Territorialidades resistentes.....	71
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>93</b>
<b>7</b>	<b>ANEXO A – FOTOGRAFIAS SOBRE AS TERRITORIALIDADES RESISTENTES.....</b>	<b>100</b>
<b>8</b>	<b>ANEXO B – NOTA PÚBLICA CERCADOS ILEGAIS SÃO ERGUIDOS NA COMUNIDADE DE CAETANOS DE CIMA, ASSENTAMENTO SABIAGUABA, AMONTADA/CEARÁ.....</b>	<b>113</b>
<b>9</b>	<b>ANEXO C – TEXTO NÓS SOMOS MUITOS.....</b>	<b>114</b>
<b>10</b>	<b>ANEXO D – NOTA PÚBLICA GRITO DOS EXCLUÍDOS DA ZONA COSTEIRA.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Nós assumimos isso: de ter a terra como nossa. Porque as vitórias na justiça eram para negar que a terra era do outro. Segurar que a terra era nossa foi um assumir nosso<sup>1</sup>.”

A escolha da epígrafe acima para abrir a introdução da tese encontra motivação em duas linhas de força presentes neste trabalho. A primeira linha refere-se à centralidade da luta pela terra como elemento mobilizador da produção do espaço na zona costeira cearense; a segunda, diz respeito à atuação política de sujeitos desse território pela garantia da terra como um direito.

Guardadas as singularidades, a fala acima sintetiza o que tem de fato sustentado a garantia da terra para as comunidades tradicionais costeiras cearenses: a compreensão dos direitos que têm quanto à posse da terra e a de que a ela só terão acesso se assumirem essa luta como sua.

A escolha do tema, por sua vez, dialoga com o interesse da pesquisadora em compreender as configurações socioespaciais do espaço costeiro cearense a partir da ação de distintos sujeitos, que põem em movimento múltiplas escalaridades e temporalidades. Em outras palavras, deseja-se explicitar distintos “projetos” em curso nessa região, desconstruindo ideias de uma “zona costeira ocupada e modificada apenas pelo Estado e pela iniciativa privada” e de conflitos socioambientais restritos a “danos à natureza”.

Este estudo tem como objetivo, portanto, compreender a reconfiguração do espaço na zona costeira cearense, à luz dos conflitos socioambientais que se estabelecem frente às múltiplas formas de apropriação dos recursos naturais e territoriais na região oeste da zona costeira, a partir dos anos de 1970. E tem como território-referência a comunidade de Caetanos de Cima, localizada no município de Amontada.

Esta investigação é orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: Que territorialidades emergem da ação das comunidades tradicionais frente aos conflitos sociambientais em curso na zona costeira cearense? A indagação foi sendo construída a partir das inquietações geradas pelas tensões (ou mesmo oposições)

---

<sup>1</sup> Liderança comunitária da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe/Ce).



estabelecidas no processo de territorialização de distintos modelos de desenvolvimento na zona costeira cearense. Nesse contexto, elegemos como principais sujeitos o Estado e suas políticas para essa região, a iniciativa privada e suas intervenções infraestruturais, bem como grupos organizados em comunidades tradicionais expressivas na resistência a processos de expropriação de seus territórios.

Ao tomar os conflitos socioambientais como referência para a construção da análise, a presente investigação se insere no campo de estudos ocupados com a “questão ambiental” e suas configurações teórico-metodológicas recentes, sobretudo nos últimos vinte anos.

Tais reconfigurações dizem respeito, entre outros aspectos, ao avanço de leituras que constroem a articulação entre a questão social e a questão ambiental, problematizando abordagens, tecidas no âmbito do pensamento ecológico mais consagrado, que operam com a dicotomia sociedade-natureza. Nessas abordagens, o conceito de ambiente é tomado em uma perspectiva utilitarista ou antropocêntrica, sendo “[...] visto como provedor para a sociedade humana de sustento para a vida, recursos naturais, adjacências sadias e satisfação estética” (BAYLISS-SMITH e OWNENS, 1996, p. 126).

Com base nessa visão do ambiente em termos de utilidade é que se configura a retórica tecnicista de que os “problemas ambientais podem ser solucionados pela ‘administração de recursos’, o uso criterioso de recursos naturais para que possam prover o máximo de benefício para a humanidade” (BAYLISS-SMITH e OWNENS, 1996, p. 126). Vivemos, nas palavras de Porto-Gonçalves (2006), um tempo em que a técnica se impõe como solução para tudo, sendo por isso revestida de um caráter inquestionável.

A técnica se apresenta na sociedade moderno-colonial como um verdadeiro tabu e, tal como a ideia de desenvolvimento, se quer inquestionável. Acredita-se que a técnica, enquanto algo que deriva da capacidade criadora [da sociedade], como mediadora da nossa relação com a natureza, é o centro em torno do qual giraria o progresso da humanidade. Vivemos sob um verdadeiro tecnocentrismo, crença de que sempre há uma solução técnica para tudo (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 76).

Sem desconsiderar o papel da técnica na relação sociedade-natureza, e, conseqüentemente, na produção espacial<sup>2</sup>, Porto-Gonçalves (2006) aborda dois

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais profunda sobre a importância da técnica na relação sociedade natureza, ver SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional

enfoques necessários a uma abordagem crítica ao fetichismo da técnica. O primeiro enfoque alerta para o lugar da técnica não como “algo” *posteriori* na engrenagem produtiva e econômica, mas como dimensão inerente da mesma, de forma “que o sistema técnico está implicado enquanto parte do desafio ambiental e [...] a técnica não é, simplesmente, solução”. O segundo, remete às intencionalidades inerentes aos objetos técnicos, na perspectiva de romper “com uma má tradição de ver a técnica dissociada das relações sociais e de poder”<sup>3</sup>.

Tais enfoques colaboram para a constituição de um campo de estudo da questão ambiental, que toma a dimensão da desigualdade como um mecanismo inerente à reprodução do sistema capitalista. E mais: como um mecanismo cujos efeitos são assimetricamente divididos entre os distintos grupos sociais. Desconstrói, assim, a ideia-força difundida na sociedade de que estamos nos mesmos lugares de responsabilidade e exercício de poder quanto ao acesso aos recursos ambientais. Nessa perspectiva,

O entendimento da temática do meio ambiente à luz da noção de desigualdade rompe com o senso comum que responsabiliza igualmente a todos os seres humanos pelos danos ambientais, o que pressuporia o caráter “democrático” da distribuição dos efeitos destes males. Segundo tal discurso, fortemente presente na grande mídia, mas também identificável em parte da literatura acadêmica, os danos ambientais incidiriam de forma igual sobre todos os grupos sociais, considerados parte de “um mesmo planeta”. A noção de desigualdade ambiental, ao contrário, procura evidenciar que o “planeta” não é compartilhado de forma igual entre todos e que para se construir um mundo efetivamente “comum” seria preciso que as iniquidades fossem devidamente enfrentadas (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p. 3).

Tendo como referência alguns dos aportes teóricos e metodológicos desse campo de saber, buscaremos compreender como se desenham e territorializam os conflitos socioambientais na região oeste da zona costeira cearense.

---

(1994); **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção (1996).

<sup>3</sup> Santos (1996, p. 238), em sua elaboração sobre o *meio técnico-científico-informacional*, argumenta sobre a intencionalidade inerente aos objetos técnicos destacando a união entre técnica e ciência sob a égide do mercado. E defende que “a ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica”.

## 1.1 Delimitação espaço-temporal

A pesquisa tem como área de estudo a zona costeira oeste do Ceará e como marco temporal os anos de 1970, estendendo-se até o período em curso no século XXI. Essa área e esse tempo foram definidos por conformarem uma realidade marcada por intensas transformações socioespaciais, impulsionadas pelo conjunto de políticas públicas direcionadas para a região, a partir de sua consolidação como espaço estratégico para o “desenvolvimento” do Estado.

Frente a essas transformações, na década de 1980, várias comunidades passam a defender o direito de permanecer nas terras em que viviam secularmente, contrapondo-se aos processos de expropriação de seus territórios — conformando, assim, do ponto de vista sócio-histórico, a emergência de um conjunto de conflitos socioambientais.

Relativamente ao estado da arte desses conflitos, a pesquisa exploratória realizada, como parte dessa investigação, em comunidades onde esses embates estão em maior evidência — em virtude da magnitude dos impactos das transformações que ocorrem a partir da implementação de projetos, programas e políticas para a região — permitiu o registro de 23 comunidades envolvidas em conflitos ao longo da zona costeira cearense<sup>4</sup>.

Em sua maioria, esses conflitos foram motivados pela questão da posse da terra, corroborando análises que apontam para a centralidade do mercado de terras na reconfiguração do capitalismo agrário mundial<sup>5</sup>. Como ressonância do que acontece em escala mundial, no Ceará, a análise desses conflitos ambientais revela o caráter da “terra como mercadoria” (ALENCAR, 2006) na efetivação dos processos de “desenvolvimento” em curso no Estado.

Nessa perspectiva, a abordagem dos conflitos ambientais dialoga com questões tratadas no âmbito da Geografia Agrária, explicitando como a histórica

---

<sup>4</sup> Em relação ao número de conflitos socioambientais na zona costeira cearense, Lima (2002), em sua tese de doutorado, registrou 18 comunidades em conflitos envolvendo a posse de terra. O CPP (2016), no relatório Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil, registra 15 comunidades em situação de conflito. Um exercício de cruzamento desses números com os dados da referida pesquisa exploratória permite fazer uma estimativa de, aproximadamente, 33 conflitos socioambientais sistematizados e/ou acompanhados por organizações sociais na zona costeira cearense. Esse cálculo, no entanto, não representa a totalidade de conflitos em curso na região, dada a pouca divulgação e/ou invisibilização de alguns conflitos e a intensidade com que novos empreendimentos, com grande potencial de impacto ambiental, se instalam em territórios de povos e comunidades tradicionais costeiras.

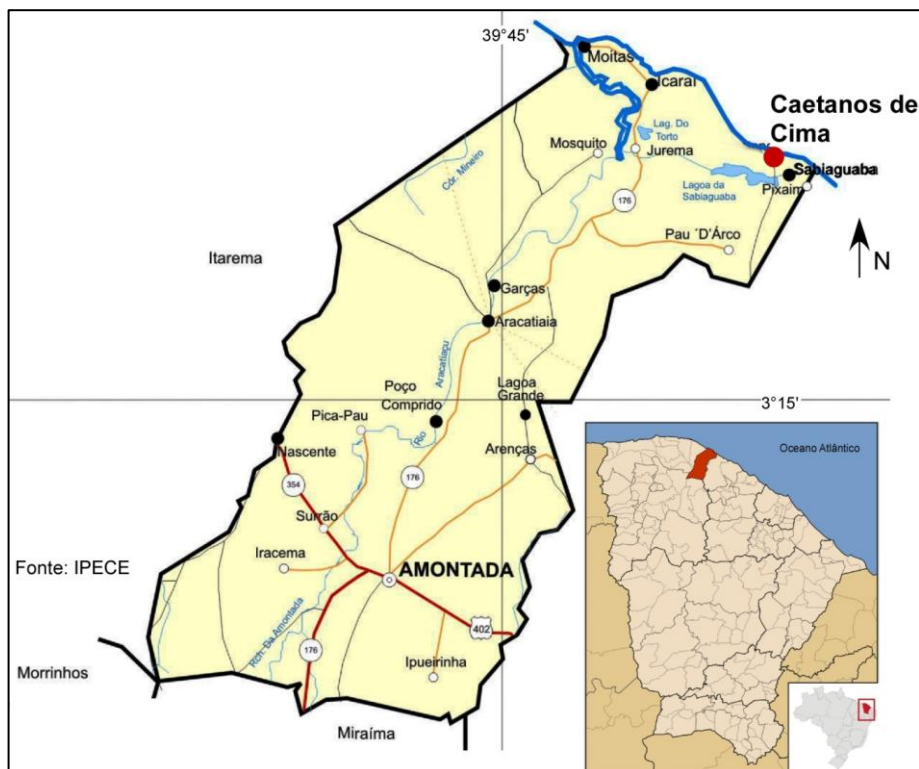
<sup>5</sup> Harvey (2004); Oliveira (1990, 1991, 2001, 2016); Alencar (2005,2006); Oliveira (2012).

concentração fundiária brasileira se expressa no âmago dos conflitos socioambientais em curso nas distintas regiões do país. Porto-Gonçalves (2014, p. 156) salienta:

Para aqueles que insistem em diminuir a relevância da questão fundiária, cerne da questão (da reforma) agrária, é importante registrar que 64,9% das manifestações ocorridas no Brasil entre 1985 e 2014 pautaram a questão da Terra, seja explicitamente como “Desapropriação de terras”, como “Reforma Agrária”, como “Assentamento”, seja com Assentados reivindicando “Infraestrutura” e “Crédito” para viabilizar a conquista da terra/do assentamento (condição necessária, mas não suficiente para reforma agrária).

Isso posto, definiu-se como território para a realização da pesquisa a comunidade de Caetanos de Cima, que integra o Assentamento Sabiaguaba, localizado no município de Amontada, distante aproximadamente 157 km de Fortaleza, capital do Estado (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização geográfica de Caetanos de Cima no Ceará



Fonte: Elaborado por Jeovah Meireles, 2016.

Para essa definição, levamos em conta a peculiaridade de o assentamento estar localizado na zona costeira cearense, configurando uma conformação socioespacial a partir da relação entre terra e mar, entre atividades agrícolas e marítimas. Some-se a isso a história de resistência e luta pela posse e

demarcação das terras, que marca o cotidiano do referido assentamento, o que abre diálogo para o conjunto de pesquisas que têm se dedicado a compreender o processo de “territorialização das lutas sociais”, também chamado de “giro territorial”, que vem se realizando no continente latino-americano (ACSELARD, 2010; GUEDES, 2013; CRUZ, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2014).

Haesbaert (2013) e Porto-Gonçalves (2015) situam o “giro territorial” no contexto da virada ou giro espacial, que marcou as ciências sociais desde o final da década de 1960, a partir das contribuições de pensadores como Michel Foucault e Henri Lefebvre, que trouxeram importantes contribuições para a abordagem da dimensão espacial da sociedade. A partir desse giro espacial, segundo Haesbaert (2013, p. 19),

A leitura espacial ou geográfica passou a compor com outras leituras que, em diferentes perspectivas teóricas, tentam explicar o desdobramento das mudanças contemporâneas em termos de suas diversas crises e/ou reestruturações (incluindo, no nível econômico, “a crise do trabalho” e a reestruturação produtiva, no âmbito do poder, a chamada “crise de governança”, e a crise identitária, em suas mais diversas manifestações.

Esse giro territorial também vai reverberar na ação dos sujeitos sociais em luta pela terra. Oliveira (2010, p. 59), analisando os conflitos no campo no Brasil, apresenta duas distintas dimensões desses conflitos, a luta pela terra empreendida pelos camponeses<sup>6</sup> e a luta pelo território movimentada por quilombolas e indígenas, cuja representatividade do número de conflitos em que estão envolvidas evidencia a força com que “a luta pela terra e pelo território no Brasil ganha novos contornos revelando sua complexidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

Uma das marcas desse “giro territorial”, em relação às lutas pela terra no Brasil, é a incorporação de um novo léxico teórico-político<sup>7</sup> no qual o conceito de território tem centralidade. Dessa forma,

o conceito de território deixa de ser pensado como a base física, natural, da soberania do Estado, tal como consagrado no direito internacional e sua ciência jurídica e política, e passa a ser visto como o processo de apropriação e controle do espaço geográfico com seus recursos e suas gentes, revelando as tensas relações de poder que lhes são constitutivas. E como não há apropriação material que não seja ao mesmo tempo simbólica, o processo de apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo,

<sup>6</sup> Na classificação utilizada por Oliveira (2010, p. 59), a categoria camponeses posseiros, em suas diferentes denominações regionais, envolve: posseiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores. Em conjunto, esses coletivos estiveram envolvidos em 235 (36,8%) de um total de 638 conflitos de terra no ano de 2010.

<sup>7</sup> Sobre isso ver também: Cruz (2013); Svampa (2016).

por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p.74).

Assim, natureza e cultura são politizadas. E território adquire um status de “condensador de direitos” (CRUZ, 2013). Essa valorização dos direitos territoriais como mobilizadores das lutas socioambientais tem apontado para análises que indicam uma reconfiguração de tais lutas, que estariam “transformando-se de lutas por redistribuição de terras em lutas por reconhecimento de territórios” (CRUZ, 2013, p. 121).

Não sendo nossa intenção aprofundar esse debate<sup>8</sup>, um apontamento preliminar elaborado a partir da conexão dessa abordagem com o contexto das lutas sociais que vêm se reconfigurando na zona costeira cearense, a partir da intensificação dos conflitos socioambientais, permite inferir que não se trata de uma luta se transformando em outra, mas de uma amálgama de lutas.

Em outras palavras, considerando a aproximação, permitida com o trabalho de campo, aos processos vividos em Caetanos de Cima e demais comunidades com as quais mantivemos diálogo, em consonância com as leituras efetuadas, não se percebe a passagem de um tipo de luta a outra, mas sua complexificação em virtude da visibilização e articulação de diferentes dimensões<sup>9</sup> que perpassam a luta em torno da garantia da terra e dos territórios de povos e comunidades tradicionais. Em síntese,

A luta pelo direito ao território é simultaneamente uma luta pela redistribuição e pelo reconhecimento, pois o acesso ao território significa, do ponto de vista material, o direito aos meios de produção para esses grupos sociais, o direito à terra, à água, aos recursos naturais que permitem um modo de produzir e de viver próprio. Ao mesmo tempo, o direito ao território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, expressa num conjunto de práticas e representações sociais que forma o núcleo simbólico que diferencia esses grupos sociais do conjunto da sociedade (CRUZ, 2013, p. 168).

Some-se a isso o fato de que na conformação desse novo léxico das lutas, em torno do conceito de território, como sugere Svampa (2016, p. 147), organizações indígenas e camponesas expressam em suas falas e análises a “estreita relação que enxergam entre terra e território, em termos de comunidade da

---

<sup>8</sup> Para uma análise sobre a distinção entre lutas por terra e território, ver: Almeida (2008); Cruz (2013), Guedes (2013), Oliveira (2016).

<sup>9</sup> Em especial dimensões que dialogam com os direitos das mulheres e da juventude.

vida”. Dessa forma, terra e território são acionados conjuntamente como conceitos a partir dos quais se afirmam modos de vida e se reivindicam direitos.

## 1.2 Contextualização do objeto e do recorte empírico da pesquisa

Os conflitos socioambientais, compreendidos como processos oriundos das “distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), são, neste trabalho, chaves de leitura para a compreensão e a análise da reconfiguração do espaço na zona costeira cearense.

Trata-se de percorrer o movimento da produção espacial, considerando as distintas formas de significação, apropriação e uso dos recursos ambientais e os conflitos que tais distinções desencadeiam. Ou seja, compreender como, no processo de reprodução socioespacial, o uso desses recursos está “sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins” (ACSELARD, 2004, p. 8).

A produção social do espaço aqui é compreendida pelo inequívoco imbricamento entre espaço e sociedade<sup>10</sup>. É nesse amálgama que se reproduz, por meio da ação interativa e divergente dos interesses, o conflito. Nesse sentido, o conflito ou — nas palavras de Porto-Gonçalves (2003, p. 145) — a conflitividade é “rica de possibilidades teóricas e, por que não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis tornam-se reais ou não”.

Nas bifurcações, há a possibilidade de se pensar a constituição do espaço e de territórios, e em como distintos discursos sobre “desenvolvimento” da/para a zona costeira cearense — uns ancorados na histórica dicotomia entre sociedade e meio ambiente, outros afirmando sua indissociabilidade — podem, ao invés de apenas contrapor-se, conformar práticas mediadas por técnicas que, “aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço” (SANTOS, 1994). Daí emergem, portanto, questões que nos são fundamentais: Que técnicas (e em que tempo) movimentaram (movimentam) as relações de produção do espaço costeiro cearense? Das terras desvalorizadas,

---

<sup>10</sup> “Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico)” (CARLOS, 1997, p. 22-23).

ocupadas por índios e negros, às terras privatizadas pelo turismo e pelo capital financeiro, que mudanças políticas e econômicas se efetivaram? Frente aos conflitos fundiários e socioambientais, que territorialidades (re)desenharam-se sobre a região?

### 1.3 Metodologia

O percurso de análise construído nesta pesquisa parte da compreensão do método e da metodologia como significantes da concepção de mundo do/a pesquisador/a (MORAES; COSTA, 1987). Nessa perspectiva, a realização de pesquisas nas ciências sociais e humanas não pode “ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador” (MARTINS, 2004, p. 292).

Parte-se, portanto, do entendimento da metodologia como essa articulação entre a postura filosófica e interpretativa da investigadora, as concepções teóricas, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo da pesquisadora, que permitem definir um caminho e um instrumental próprios para a abordagem da realidade (MINAYO, 2008).

Por tratar-se de uma investigação que visa compreender as territorialidades que emergem da ação de comunidades tradicionais frente aos conflitos sociambientais em curso na zona costeira cearense, tendo como referência o lugar de formação da pesquisadora como geógrafa, toma-se como base uma

perspectiva histórico-dialética [...] que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial (MORAES, 2000, p.11).

Com essa orientação interpretativa, adotamos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, definida por Martins (2004, p. 289) como aquela que

privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Para a análise de microprocessos que permitissem a descrição de contextos que nos aproximassem dos objetivos propostos nesta tese, foi



imprescindível, ainda que esta pesquisa não se configure como uma etnografia<sup>11</sup>, estabelecer diálogo com a abordagem etnográfica, a partir da produção de autores/as como Geertz (1989), Peirano (1995), Whyte (2005), entre outros, para organizar o trabalho de campo e os instrumentais de pesquisa.

Na metodologia, fizemos uso de algumas modalidades de registro etnográfico, caso do gravador, durante as entrevistas, e do caderno de campo, instrumento de registro escrito das observações, das conversas informais, dos contatos que vamos fazendo, das ideias que surgem em meio a caminhadas e diálogos, das aflições e dos fracassos que permeiam a construção do objeto e dos rascunhos de análises que depois tomaram forma na escrita do texto final.

Articulada à pesquisa de campo, ampliava-se a revisão bibliográfica em torno de temas fundamentais para a realização da pesquisa, entre os quais se destaca o debate sobre multiescalaridades, tão caro à ciência geográfica, posto que

[...] a escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e naturezas diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas (CASTRO, 2000, p.138).

Nesse tocante, a multiescalaridade diz respeito a eventos, processos, recortes espaciais que se incorporam, conflituam e interagem, entrecruzando-se em escalas múltiplas, sendo, portanto, imprescindível ao trabalho aqui apresentado.

Ao método qualitativo, então, que valoriza a realização de entrevistas e a observação participante, combinamos a consulta a fontes secundárias, assim como a produção de um banco de dados sobre os conflitos socioambientais em curso na zona costeira cearense. No período de 2013 a 2015, foram feitas as seguintes atividades: visitas às comunidades envolvidas em conflitos socioambientais, com a finalidade de retomar contatos e realizar entrevistas; leitura de dissertações e teses pertinentes ao objeto de estudo; análise documental de material de imprensa e de documentos construídos por organizações sociais que assessoram essas comunidades.

A estruturação do banco de dados permitiu organizar informações pertinentes que colaboraram para o recorte empírico da pesquisa. Com base nesses

---

<sup>11</sup> Nos termos de uma descrição densa como sugere Geertz (1989), e que pressupõe uma pesquisa de campo de longa duração.

dados, como também em outras fontes coletadas junto a órgãos que atuam ou deliberam sobre esse território e em pesquisa bibliográfica, foi possível compor uma espécie de “arquivo”, organizado em forma de notas, visando facilitar o trabalho de análise de dados e de redação do texto.

O procedimento-estratégia acima mencionado é baseado nas ideias de Mills (2009), para quem a pesquisa constitui um artesanato intelectual e a organização de um arquivo um caminho para a realização desse ofício. Seguindo essa orientação metodológica, utilizamos na construção do arquivo observações pessoais, documentos escritos, notas de leituras, relatos orais, fotografias e rascunhos de textos, aproximando-nos do que o autor aponta sobre a composição do arquivo: “sob vários tópicos em seu arquivo há ideias, anotações pessoais, excertos de livros, itens bibliográficos e esboços de projetos” (MILLS, 2009, p.25).

O arquivo foi fundamental para a chegada ao Campo<sup>12</sup>, fornecendo “pontos de balizamentos” sobre o que observar, prática que, segundo Beaud e Weber (2007), consiste no encadeamento de três técnicas que se entrelaçam - perceber, memorizar e anotar – e pressupõe

[...] uma vigilância aguçada por informações exteriores e questões que evoluem à medida que [o] trabalho avança. É uma ferramenta de descoberta e de verificação. Sem armas, a observação é vazia. Muito armada não aprende nada. Cabe [a quem pesquisa] construir o que deve verificar. Não se observa sem referências, sem pontos de balizamento (BEAUD e WEBER, 2007, p.98).

O trabalho de campo foi, então, construído a partir da observação participante (BRANDÃO, 1981; WHYTE, 2005; BEAUD e WEBER; 2007) como modo de descoberta e aprendizado, de comunicação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, de repensar práticas e convicções com base no entrelaçamento entre teórico e empírico, e de posicionamento da pesquisadora sobre os procedimentos para a condução da pesquisa com vistas à produção coletiva de conhecimento.

A entrevista, compreendida como um dos meios mais utilizados na pesquisa de campo e como “técnica mais indicada para se obter informações de caráter subjetivo, como opiniões, crenças e memórias” (GONDIM, 2013), foi realizada com base em um roteiro semiestruturado. Optou-se pela construção de um

---

<sup>12</sup> Entendemos por Campo “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 2008, p. 201).

“mapa de diálogo” que indicava rotas possíveis para a condução das entrevistas, em vez da construção de um questionário fechado com perguntas para as quais se teria que achar uma resposta. Dessa forma, mais do que respostas a questões, perseguimos linhas de abordagens para os problemas colocados na pesquisa.

O “mapa de diálogo” foi estruturado nas seguintes partes:

- i) identificação e breve trajetória pessoal na vida comunitária;
- ii) olhar sobre a Zona Costeira cearense (que espaço é esse?);
- iii) a Zona Costeira é de quem? (os distintos projetos em curso);
- iv) gramática das lutas comunitárias (direito à terra e direito ao território).

A definição dos/as informantes deu-se considerando os seguintes critérios:

- envolvimento direto com a organização comunitária e com o enfrentamento de conflitos;
- envolvimento com as atividades produtivas tradicionais e/ou com as novas atividades (a exemplo do turismo comunitário);
- participação em redes e/ou movimentos.

A ideia era que cada informante apresentasse pelo menos um dos critérios<sup>13</sup> mencionados. Em Caetanos de Cima, conversei com mulheres e homens que transitam entre a agricultura, a pesca artesanal, o artesanato, o turismo comunitário, a escola, a associação comunitária, a barraca das mulheres, o ponto de cultura, a igreja, a casa, o quintal, a casa de farinha, a estrada de chão batido, as dunas, as lagoas, o mar. Entre essas atividades e esses lugares, e na convivência cotidiana com os de dentro e os de fora, essas pessoas vão construindo seus modos de vida, seus saberes, seus posicionamentos como sujeitos, suas afirmações e negações.

Atravessam calmarias e vendavais, vendo partir e chegar as canoas que saem para a pesca, acompanhando a jornada escolar das crianças, Observando o tempo certo de plantar e colher, quem foi ao comércio na sede do município, a hora das reuniões, os visitantes em busca do turismo comunitário, os empreendimentos e suas promessas de emprego e “desenvolvimento” da região, os especuladores e

---

<sup>13</sup> Como no capítulo 2 traço um panorama das distintas apropriações territoriais em curso na zona costeira cearense, realizei entrevistas com lideranças de outras comunidades para perceber outras leituras sobre a região.

seus discursos sobre serem os legítimos donos da terra, os avanços e retrocessos na luta pela garantia da terra e do território. Tudo isso, e mais um tanto, numa confluência de tempos-espacos a partir dos quais constroem e afirmam suas histórias e territorialidades.

Foi observando esse cotidiano e em diálogo com esses sujeitos que o trabalho foi tomando a forma que passamos agora a apresentar.

Após este capítulo introdutório, no segundo capítulo traçamos um panorama da diversidade de usos e apropriações territoriais em curso na zona costeira cearense, considerando as políticas públicas de reordenamento territorial e as dinâmicas resultantes das ações dos diversos sujeitos que dão sentido a esse espaço. Este capítulo 2 traz a conceituação de zona costeira considerando as disputas em torno de sua compreensão, de um lado, como sistema de usufruto comunitário e, de outro, como espaço de apropriação do capital.

No terceiro capítulo buscamos identificar os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos socioambientais, seus interesses, suas estratégias, convergências e divergências, suas formas de acesso, uso, ocupação, posse e propriedade, a fim de mapear e identificar os conflitos socioambientais que se configuram e redefinem a geografia dessa região. Neste capítulo apresentamos um quadro dos principais conflitos socioambientais em curso na zona costeira cearense, visando evidenciar, por meio do movimento dialético de reprodução da vida, os tipos de conflito em curso e de ações de resistência que têm sido construídas pelas comunidades tradicionais costeiras.

No quarto capítulo apresenta-se a comunidade de Caetanos de Cima. A partir da contextualização histórica, evidencia-se a luta pela terra e as territorialidades resistentes<sup>14</sup> que afirmam o modo de vida sustentável com que a comunidade lida com a gestão dos recursos de uso comum.

Por fim, nas considerações finais, retomamos o diálogo com as questões centrais que nortearam a elaboração do trabalho.

---

<sup>14</sup> Um conjunto de fotografias representativas das territorialidades resistentes é apresentado no ANEXO A.

## 2 ZONA COSTEIRA CEARENSE: USOS E APROPRIAÇÕES

A zona costeira é conceituada espacialmente como uma estreita faixa de transição entre o continente e o oceano, constituindo uma zona de interação entre meios terrestres, marinhos e atmosféricos. Do ponto de vista ocupacional, configura uma zona de múltiplos usos, que se evidenciam nas variadas formas de ocupação do solo e de realização de atividades humanas (MORAES, 2007).

A diversidade de usos e apropriações territoriais remete à complexidade que envolve tanto a definição como a gestão da zona costeira. Por constituir um universo marcado por padrões díspares de ocupação, essa área apresenta uma “[...] alta conflituosidade potencial no uso do solo, onde o papel do planejamento adquire maior relevo” (MORAES, 2007, p. 31).

Nas últimas décadas do Século XX, essa conflituosidade tem se intensificado frente ao intenso processo de valorização dos espaços costeiros. A partir da ação do Estado, que, conforme argumenta Moraes (2007, p. 27), “é — através de seus diferenciados órgãos — o maior agente impactante na zona costeira”, assiste-se à implantação de um conjunto de políticas públicas voltadas para a construção de condições propícias à instalação de investimentos privados. Por condições propícias entende-se a geração das condições jurídicas e institucionais para dar legalidade às obras e aos projetos ou programas, como a oferta de marco legal, de infraestrutura, de incentivos fiscais, e a flexibilização dos licenciamentos ambientais.

Essa valorização dos espaços costeiros expressa uma mudança no padrão histórico de ocupação da zona costeira nordestina, em especial no Ceará<sup>15</sup>, que, durante o processo de colonização, nos séculos XVII e XVIII, não figurou como um espaço prioritário para a realização de atividades vinculadas aos ciclos econômicos da época (SOUZA, 2007). Sob a justificativa de não apresentar condições técnicas, naturais e simbólicas favoráveis ao processo produtivo que impulsionava a ocupação do território cearense (DANTAS, 2002), a zona costeira era considerada inabitada, constituída de “terras vazias” e, portanto, “terras sem dono”.

---

<sup>15</sup> Sobre o histórico de ocupação da zona costeira cearense, ver: Tupinambá (1999), Lima (2002), Gomes (2002).

No entanto, mesmo ocupando papel econômico secundário — tendo em vista ser o Sertão o espaço privilegiado para a realização da pecuária extensiva, atividade predominante no ciclo econômico da época —, a zona costeira cearense nunca foi desabitada. A presença dos povos indígenas nesse espaço é registrada, em estudos acadêmicos, em épocas anteriores à chegada dos colonizadores<sup>16</sup>. Sobre a presença indígena na zona costeira, Lima (2002, p. 49) assegura:

É uma presença que não pode ser negada e contradiz a afirmativa de que a zona costeira, mesmo antes da chegada do europeu, era constituída de “terras vazias”. O resgate histórico mostra a magnitude do sofrimento dos povos indígenas no Brasil, o genocídio praticado e as lutas empreendidas ao longo dos séculos. À medida que o direito dos índios à posse da terra, aos recursos naturais e a uma existência com dignidade foram sendo brutalmente desrespeitados, instituía-se, do ponto de vista dos homens no poder, a sua invisibilidade e subalternização.

Além disso, os deslocamentos de grupos em busca de paragens, a exemplo do que aconteceu com os/as escravos/as libertos e/ou em fuga, foram consolidando ao longo da costa povoamentos que, em sua maioria, conformaram “comunidades marítimas” (DANTAS, 2002).

Portanto, afirma-se que a ocupação de vastas áreas da zona costeira foi feita por indígenas e negros/as, à margem das disputas econômicas entre colonizadores e metrópoles europeias, mas que, com o trabalho na pesca marítima, na pesca de raso<sup>17</sup> e na terra, elaboraram os sentidos culturais e socioambientais expressos na constituição de territórios, marcados pela relação desses povos com a terra e o mar.

Durante séculos, as comunidades costeiras marítimas foram definindo usos e construindo territorialidades, sem sofrer pressões das forças econômicas nacionais e mundiais que davam a tônica da ocupação territorial no Brasil. Isso se explica, em parte, pelo caráter descontínuo de povoamento do litoral, conformando, do ponto de vista demográfico, zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamento recortados por “[...] vastas extensões de espaços pouquíssimo povoados e imersos num semi-isolamento frente à vida nacional” (MORAES, 2007, p. 36).

Entretanto, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva do capital, ancorada em processos de financeirização da economia, o espaço litorâneo

<sup>16</sup> Porto Alegre (1994) Ratts (1997), Tupinambá (1999), Dantas (2002), Lima (2002).

<sup>17</sup> Pesca realizada nas proximidades da linha de costa, principalmente por embarcações à vela.

passa a ser estratégico no processo de acumulação capitalista. Nessas circunstâncias, conforme analisa Moraes (2007, p. 36), espaços pouco povoados, como aqueles ocupados pelas comunidades tradicionais, “[...] vão se constituir nas zonas de assédio do surto de ocupação da zona costeira, que ocorre na segunda metade do século XX”.

A incorporação de áreas não exploradas na “engrenagem” da acumulação capitalista evidencia o processo de expansão geográfica do capitalismo sobre territórios até então não regidos pela mercantilização. Sobre a captura desses territórios pela lógica mercantil, Harvey (2004, p. 117) assevera:

A implicação é que os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terras de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos.

Trata-se, nos termos de Marx, retomado por Harvey (2004), da lógica da acumulação primitiva que, ao se expandir sobre terras e territórios tradicionais, configura, na contemporaneidade

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p.121).

Na zona costeira cearense, esse processo se intensifica a partir dos anos de 1970, quando o desinteresse econômico pela região começa a perder força. É o tempo da “descoberta” do litoral como lugar de constituição de segundas residências, em meio à consolidação do lazer e do turismo como atividades econômicas a serem implementadas na região. De “terra de ninguém”, esse espaço passa a ser pleiteado pelas elites<sup>18</sup> e, por isso, passa a “valer ouro”.

---

<sup>18</sup> O termo elite é aqui compreendido na perspectiva elaborada por Castro (1992, p. 118), que definiu a elite regional “como um grupo seletivo que detém, numa região específica, as posições de poder, sejam no sistema econômico, sejam no sistema político”. Em seu estudo, a autora selecionou os deputados federais como segmento da elite regional — e sobre esse segmento acrescenta que,

Grosso modo, a intensidade dessa ocupação se explica a partir da implementação de um conjunto de políticas públicas<sup>19</sup> destinadas a impulsionar o “desenvolvimento” da região. Entre tais políticas, destacam-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)<sup>20</sup>, a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a criação de uma usina termoelétrica, o fomento à carcinicultura (criação de camarão em cativeiros)<sup>21</sup> e a implantação de parques de energia eólica.

A territorialização das políticas nos territórios das comunidades tradicionais traz como efeito, inicialmente, intenso processo de especulação imobiliária. A terra, vislumbrada como mercadoria, perde sua característica de bem comum para tornar-se propriedade privada. E, assim, formas tradicionais de acesso à terra e aos recursos naturais são ameaçadas frente a pressões por deslocamentos compulsórios de populações tradicionais, associados à degradação de ecossistemas

---

“muitas vezes, ele é a própria elite local, que se insere na estrutura institucional do Estado”. Em nossa abordagem, o segmento selecionado são os governadores, em especial os que legislaram no período dos “governos das mudanças” — e são, em analogia aos deputados, a elite cearense inserida na gestão do Estado. A ênfase no período do “governo das mudanças” se justifica pelo direcionamento, nas décadas de 1980 e 1990, com maior intensidade e intencionalidade, de um conjunto de políticas públicas para a zona costeira cearense.

<sup>19</sup> No contexto dessa abordagem, as políticas públicas “não são um ‘instrumento’ do Estado, e sim um equilíbrio instável, resultado de disputas entre diferentes atores políticos e sociais, que respondem sempre a um determinado momento conjuntural” (BRAND, 2016, p. 129).

<sup>20</sup> No início dos anos de 1990, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo/Prodetur, verifica-se o financiamento com significativas quantias de recursos para a chamada infraestrutura turística básica (aeroporto, estradas, saneamento básico) nas cidades consideradas polos de turismo, bem como para a promoção internacional de destinos e a formação de capacidade de gestão para agentes públicos. A lógica foi construir o “ambiente ideal” para atrair investimentos estrangeiros, sobretudo italiano, português e espanhol. No Ceará, a primeira etapa desse programa priorizou seis municípios da Costa Oeste, compreendendo Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Itapipoca e Trairi. A segunda etapa seguiu o roteiro da costa oeste, estendendo-se até o município de Camocim. O Prodetur, inicialmente desenhado para o Ceará, depois estendido para os demais estados do Nordeste e para as demais regiões brasileiras, a partir do Plano Brasil em Ação, teve como objetivo geral — de acordo com os discursos, documentos e propagandas oficiais — a “melhoria da qualidade de vida da população residente” nas áreas de sua atuação e, como objetivos específicos, o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas, além da capacitação gerencial para Estados e Municípios.

<sup>21</sup> No final da década de 1990, a carcinicultura configura outro vetor de “desenvolvimento” na zona costeira cearense. De acordo com o diagnóstico da atividade realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama, 2005), evidenciaram-se graves impactos ambientais desse empreendimento, com consequências diretas na perda de biodiversidade do ecossistema manguezal, afetando os sistemas de soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais e étnicas. Com os empreendimentos de carcinicultura ocupando quase a totalidade das “planícies fluviomarinhas, em áreas de manguezal e seu entorno” (AQUASIS, 2003), registram-se altos níveis de degradação do ecossistema manguezal, que desempenha importante papel ecológico na manutenção da biodiversidade e da produtividade marinha e terrestre, com grande importância socioeconômica ligada à pesca e à manutenção da linha de costa (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFC/INSTITUTO TERRAMAR, 2003).



fundamentais para a reprodução da vida na zona costeira, caso de estuários, manguezais e campos dunares (MEIRELES, 2014).

Vale ressaltar, ainda, a pouca ou nenhuma participação das comunidades atingidas por tais políticas nos processos decisórios sobre a implementação dessas medidas. Dessa forma, no planejamento do Estado, as comunidades tradicionais seguem sendo “[...] invisíveis enquanto sujeitos sociais e atores políticos dotados de desejos e direitos” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120) sobre o tipo de “desenvolvimento” que esperam ver chegar e, principalmente, fazem acontecer em seus territórios.

Desse modo, existe um antagonismo evidente entre o que é dito no plano do discurso e o que é efetivamente materializado pelos governos. Tomando como referência o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998, elaborado durante o segundo governo de Tasso Jereissati, percebe-se a incorporação do conceito de sustentabilidade como uma tentativa de qualificar e diferenciar o “desenvolvimento”. Dimensões como “proteção do meio ambiente” e “capacitação da população” figuram entre os cinco vetores a partir dos quais o Plano seria desenvolvido (LIMA, 2004, p. 45).

No entanto, com base na materialização das ações na zona costeira cearense, é possível afirmar que essas ações pouco dialogam com tais dimensões. A abordagem genérica da população não condiz com as reais necessidades das comunidades tradicionais, as quais, como já exposto, são, na verdade, invisibilizadas como sujeitos de direito. Quanto ao meio ambiente, assiste-se a um intenso processo de privatização e degradação dos ecossistemas costeiros.

Na lógica das políticas e dos empreendimentos, a degradação ambiental nem sempre pode ser evitada — e, nesses casos, deve ser resolvida através de medidas mitigadoras e compensatórias. Desse modo, a viabilidade socioambiental do projeto não é de fato analisada criticamente, nem se permite que ela seja questionada. Zhouri et al. (2005) tem denominado esse processo de “paradigma da adequação ambiental” por oposição a um “paradigma da sustentabilidade”.

No “paradigma da adequação”, a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inquestionável e inexorável. Nesta concepção, o ambiente é percebido como externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico. Nesse processo, arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias cumprem a função de adequação. Com efeito, a “necessidade” e a viabilidade socioambiental da obra não são colocadas em pauta. Em

oposição a esse modelo, o paradigma da sustentabilidade coloca em discussão os padrões de produção e consumo que reclamam pela obra, os interesses e valores sociais que estão envolvidos em sua construção e seus reais beneficiários. Nesse sentido, o paradigma da sustentabilidade exige uma análise efetiva acerca da viabilidade socioambiental da obra, contemplando as potencialidades do ambiente em que ela se insere e sua relação com os usos e significados atribuídos ao território no local (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 122).

Essa oposição está presente em boa parte dos projetos e políticas em curso na zona costeira cearense, cotidianamente registrada através das denúncias e demandas das comunidades tradicionais em suas lutas por garantia de direitos<sup>22</sup>. Diante das ameaças advindas das representações do capital — institucionalizadas através de licenciamentos ambientais, por exemplo, para a implantação das fazendas de camarão no ecossistema manguezal e, mais recentemente, para a instalação de usinas eólicas nos territórios de domínio de populações tradicionais —, percebem-se as tensões para reverter o território da soberania alimentar em sistemas produtivos restritos aos monocultivos.

Nesse contexto, as variadas formas de domínio territorial das comunidades tradicionais litorâneas devem ser relacionadas com a diversidade de sistemas ambientais e as ancestrais ações de manejo, para potencializar a qualidade das práticas extrativistas.

## **2.1 Processos geoambientais ao longo do litoral cearense**

Para demonstrar os processos geoambientais ao longo do litoral cearense, foram elencados os princípios gerais da dinâmica evolutiva, a partir das reflexões de Meireles (2014). De modo a consubstanciar abordagem interdisciplinar e assim definir as intervenções promotoras de impactos negativos em sistema de elevada fragilidade ambiental, foram evidenciados os seguintes aspectos:

- i) A planície litorânea é formada por uma faixa de terra que compreende morfologias, processos geológicos e ecossistemas originados pela interação das ondas, marés e ventos com os ambientes marinhos e continentais, podendo estar associada com oscilações do nível relativo

---

<sup>22</sup> O Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil (<<http://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/>>) tem se configurado como importante espaço de visibilização das denúncias das comunidades tradicionais costeiras, evidenciando as variadas formas de violação dos direitos à terra e ao território.

do mar durante o Quaternário. Sua definição geoambiental não deve levar em conta somente os limites geográficos, mas também uma abordagem interdisciplinar.

- ii) O perfil perpendicular à faixa litorânea, iniciando na zona de praia até o interior do continente, pode ser considerado por meio da caracterização das seguintes formas: faixa de praia (limite com a zona de *offshore*, incluindo zona de *surf*, estirâncio, face de praia, esporões arenosos, cristas e cavas longitudinais, bancos de areia intermarés e zona de berma), campo de dunas fixas e móveis (zona de domínio das dunas móveis sobre tabuleiros pré-litorâneos), terraços marinhos, falésias vivas e mortas (as falésias mortas evidenciam o contato entre os terrenos tipicamente marinhos com os continentais), estuários, lagoas costeiras, planícies de marés, manguezais e apicuns (limite da influência marinha estuário adentro). Nas áreas que envolvem estuários e canais de marés, os processos litorâneos penetram até zonas mais interiores, notados pela presença de sedimentos argilo-arenosos de mangue, vegetação de manguezal, marés dinâmica e de salinidade. O contato com morfologias tipicamente continentais é evidenciado pela ocorrência de depósitos aluviais, terraços fluviais associados e presença de vegetação de mata galeria, caatinga e bosques de carnaúbas. Limites mais precisos deverão ser realizados de acordo com a integração das diversas especialidades que tratam dos ecossistemas continentais, mistos e marinhos.
- iii) Segundo a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) do Ministério da Marinha, a Resolução 01/90, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que aprovou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o litoral compreende a faixa de até 20 km sobre uma perpendicular, contados a partir da linha de costa, representada nas cartas de maior escala. É importante a caracterização geológica e geomorfológica e a realização de zoneamento ambiental para a definição dos contatos entre paisagens tipicamente continentais, mistas e marinhas.
- iv) A planície costeira do Ceará apresenta uma série de testemunhos de

níveis do mar diferentes do atual. A realização de estudos detalhados, com a datação de conchas e restos de vegetais, o posicionamento topográfico dos testemunhos e a construção de uma curva mais precisa das oscilações do nível relativo do mar, irá possibilitar um aprimoramento do modelo evolutivo, atualmente fundamentado no estudo dos indicadores geomorfológicos, geológicos e dos aspectos paleogeográficos e paleoclimáticos.

- v) O principal conjunto de evidências morfológicas que indicaram oscilações do nível relativo do mar foi encontrado na planície costeira de Icapuí. Em uma área com aproximadamente 180km<sup>2</sup>, foram definidos terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos, camadas de conchas e de seixos de corais, rochas de praia no interior dos canais estuarinos, antigas cristas de praia, paleomangue, laguna e falésias mortas.
- vi) A presença de depósitos de paleomangue e arrecifes de corais localizados atualmente no prisma praial revelaram oscilações do nível relativo do mar. Os depósitos de mangue predominam na costa leste (evidência de nível do mar mais baixo do que o atual), e a ocorrência de antigos arrecifes de corais na costa oeste (indício de nível do mar mais elevado do que o atual). Esses depósitos de mangue representam excelentes indicadores da dinâmica transgressiva do mar durante os últimos 3.000 anos, aproximadamente.
- vii) A ocorrência de promontórios - Ponta Grossa (Icapuí), Mucuripe (Fortaleza), Pecém (São Gonçalo do Amarante), Paracuru, Aguda (Paraipaba) e Pedra Furada (Jijoca de Jericoacoara), entre outras - favoreceu uma dinâmica peculiar na construção da planície costeira, pois esses pontões redimensionaram os materiais em deriva litorânea e eólica, quando foram submetidos aos eventos oscilatórios do mar. Localmente atuaram na construção de dunas de *bypass* e tómbolos. Atualmente, interagem com a dinâmica sedimentar do prisma praial.
- viii) Os eolianitos representam depósitos geológicos peculiares da costa oeste cearense. Não foram encontradas citações na literatura que os posicionassem ao longo do litoral brasileiro. Revelaram condições

paleoclimáticas e flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário. A presença de fragmentos de conchas e concreções carbonáticas, associações com uma plataforma continental rica em biodetritos e mudanças climáticas, favoreceram a cimentação dos grãos de quartzo.

- ix) As evidências dos eventos glaciais e interglaciais que ocorreram nos últimos 123.000 anos AP., muito bem estudadas na Europa e na América do Norte, deverão ser correlacionados com as evidências existentes na costa cearense, pois os indicadores de flutuações relativas do nível do mar relacionam-se com mudanças climáticas e efeitos eustáticos que interferiram na dinâmica geoambiental do planeta. A planície costeira em estudo foi submetida aos efeitos dos fenômenos regionais, que envolvem uma complexa relação com processos transgressivos e mudanças climáticas globais. A heterogeneidade dos registros relacionados com mudanças climáticas e disponibilidade de materiais, bem como possíveis processos tectônicos regionais, ou até mesmo locais, juntamente com os respectivos efeitos geoambientais derivados, fundamentaram o modelo apresentado neste estudo.
- x) As variações do nível relativo do mar na costa cearense demonstraram que os fundamentos para a compreensão da dinâmica costeira estão relacionados com a definição dos antigos níveis do mar. Os estudos deverão ser implementados para a composição de um modelo de evolução paleogeográfico, com a reconstituição dos antigos ambientes litorâneos, dispersos em uma planície costeira com 573 km de extensão (MEIRELES, 2014).

Nesse contexto, a zona costeira representa um complexo mosaico de usos, no qual a interface com o mar é um fator determinante, no sentido de que permite usos quase que exclusivos do litoral, a exemplo da exploração imediata de recursos marinhos (MORAES, 2007).

Em primeiro lugar, no que toca à economia, os terrenos próximos ao mar são relativamente raros em relação ao conjunto das terras emersas, o que lhes atribui, de imediato, um caráter diferencial que se exponencializa conforme a

perspectiva de uso considerada. Do ponto de vista da biodiversidade, a zona costeira acolhe quadros naturais particulares de alta riqueza e relevância ecológica, que os qualifica como importantes fontes de recursos. Em termos de circulação, essa zona aparece como área estratégica em função da importância dos fluxos oceânicos no mundo contemporâneo. As intensas transformações na zona costeira cearense vêm provocando profundas mudanças no meio das comunidades tradicionais que, diante de diferentes conflitos de uso do espaço, encontram-se ameaçadas quanto à desagregação social, à perda de identidade cultural e à degradação ambiental.

Na configuração desse complexo sistema socioambiental em disputa e de espacialização dos conflitos ambientais, estão os povos e comunidades tradicionais. As bases físicas e ambientais dos complexos sistemas morfológicos e a dinâmica imposta por fenômenos regionais e locais (eustáticos) representam, as relações cosmológicas construídas pelas comunidades tradicionais e pelos povos indígenas, os domínios dos processos naturais que foram configurados pelas práticas e técnicas elaboradas e consolidadas desde os vínculos de ancestralidade desses grupos territorializados. Dito de outra forma, trata-se da construção de um conhecimento tradicional que rompe com uma lógica binária entre dimensões naturais e sociais, compondo uma compreensão de meio ambiente onde essas dimensões se interligam, organizando um complexo sistema sociocultural. Nessa perspectiva, o conhecimento tradicional é compreendido como

O conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas [comunidades], sobretudo para [os povos] indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória entre o “natural” e o “social”, mas sim um *continuum* entre ambos (DIEGUES et al., 2000, p. 33).

Essa forma própria de compreender e organizar o meio ambiente e seus modos de vida configura um conjunto de “sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (comunitários)” (DIEGUES, 2001, p. 97). Em meio às pressões exercidas pela territorialização do capital (especulativo, de matriz energética, do turismo industrial, da pesca predatória e de monocultivos), povos e comunidades tradicionais acionam seus conhecimentos tradicionais e articularam-se em torno da reivindicação junto ao Estado da demarcação coletiva das “terras

tradicionalmente ocupadas', que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza" (ALMEIDA, 2008, p. 25).

A literatura que trata de conceituar povos e comunidades tradicionais é vasta e tem se preocupado em visibilizar a imensa diversidade sociocultural brasileira, que se entrecruza com a também rica diversidade fundiária e as formas de uso comum da terra e dos recursos naturais (DIEGUES, 2000; LITTLE, 2002; ALMEIDA 2008).

Do ponto de vista jurídico-formal, esse reconhecimento tem entre seus marcos: a Constituição de 1988<sup>23</sup>; a criação, em 1992, do Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT)<sup>24</sup>; a criação do Sistema Nacional de Unidades de conservação (Snuc)<sup>25</sup>; a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais<sup>26</sup> (ALMEIDA, 2008; SANTILLI, 2005). No entanto, conforme argumenta Almeida (2008, p. 26), vale ressaltar:

O fato dos legisladores terem incorporado a expressão "populações tradicionais" na legislação competente e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, [...], não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, não significando, portanto, uma resolução de conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas principalmente na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional do País.

Como resultado desses conflitos e tensões permanentes, o governo federal cria, em 2004, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. E em 7 de fevereiro de 2007, através do decreto n° 6.040, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo, em seu artigo 3, Povos e Comunidades Tradicionais como

<sup>23</sup> A CF reconhece em seu artigo 68 os direitos territoriais de Povos Indígenas e Quilombolas.

<sup>24</sup> Na época de sua criação, o CNPT estava vinculado ao Ibama. Em 2009, sob a denominação de Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, passou a integrar a estrutura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

<sup>25</sup> O Snuc foi instituído pela Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com Almeida (2008, p. 31) "menciona explicitamente as denominadas 'populações tradicionais' (Art. 17) ou 'populações extrativistas tradicionais' (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável)".

<sup>26</sup> Ratificada pelo Brasil em 2002.

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Partindo dessa definição Leroy e Meireles (2010, p. 116) argumentam sobre a grande diversidade de termos que perpassam a conceituação de comunidades tradicionais. Para os referidos autores quando o conceito de comunidades tradicionais é acionado, “evocam-se seringueiros, castanheiros, quebradeiras de babaçu, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, faxinalenses, geraizeiros, vazanteiros, povos dos fundos e fechos de pasto, caiçaras, entre outros”.

Essa diversidade se expressa nas múltiplas formas com as quais os povos e comunidades tradicionais fazem uso do espaço, e, por conseguinte configuram seus territórios e territorialidades.

Ante os conflitos estabelecidos na zona costeira – compreendida, por um lado, como sistema de usufruto comunitário e, por outro, como espaço de apropriação do capital –, as comunidades tradicionais e étnicas elaboram estratégias políticas para assegurar pleno domínio espacial e de clara manifestação de luta fundada em proposição contra-hegemônica, conforme se verá no próximo capítulo.



### 3 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A chegada dos denominados grandes projetos econômicos, entre os quais podemos citar os complexos industriais e de turismo de massa (resorts), os monocultivos e as fazendas de camarão nos médio e baixo estuários e cursos fluviais, bem como a “nova” matriz energética que vem sendo adotada, com usinas eólicas ocupando vastas áreas costeiras, materializam, de forma globalizada e institucionalizada, os conflitos socioambientais nos territórios das comunidades tradicionais e étnicas ao longo da zona costeira cearense. Isso porque esses projetos não se instalam em “espaços marcados por vazios demográficos”, como afirmam alguns estudos de impacto ambiental e laudos produzidos durante o licenciamento ambiental dos projetos. Eles vão incidir sobre espaços em constante processo de re(produção) e apropriação por parte de distintos grupos, cujas práticas sociais, entremeadas por relações de poder, vão conformando, no tempo e no espaço, territorialidades.

A territorialidade emerge, então, como importante conceito no debate sobre conflitos, ao trazer para a discussão as relações de poder que perpassam os processos de territorialização. Na acepção de Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”, que se dá por relações existenciais e/ou produtivistas, sempre movimentadas pelo poder.

Trata-se, portanto, do encontro de divergentes perspectivas de uso e controle de recursos naturais e territoriais, que remetem às formas como se configuram as relações de poder. Nesse sentido, como propõe Svampa (2016, p. 143), os conflitos socioambientais são definidos como

[...] aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria do poder. As linguagens de valoração divergentes em relação aos recursos naturais se referem ao território (compartilhado ou a intervir) e, de maneira mais geral, ao meio ambiente, em relação à necessidade de sua preservação ou proteção.

A configuração dos conflitos a partir da apropriação capitalista dos territórios das comunidades tradicionais e dos povos étnicos, base da atual matriz

economicista do “desenvolvimento”, analisada no capítulo anterior, evidencia confrontos entre a territorialidade do Estado (em distintas escalas), da iniciativa privada e das comunidades tradicionais em sua pluralidade. Evidencia, também, que, guardadas as singularidades e escalas territoriais, as conflitividades presentes na zona costeira cearense são compatíveis com as que se materializaram nos biomas brasileiros<sup>27</sup>. Leroy e Meireles (2010, p. 117) afirmam:

Tornou-se senso comum a compreensão de que o desenvolvimento dominante, identificado como a busca permanente do crescimento baseado sobre o uso intensivo dos recursos naturais, leva ao esgotamento desses recursos e à poluição irremediável do meio ambiente. Infelizmente, a opinião pública não vai além dessa constatação e não percebe que o espaço perde então as suas características ecossistêmicas - diversidade, complementaridade, resiliência, renovação -, e torna-se um espaço indefinido, mero suporte para as atividades econômicas e as infraestruturas. Estão assim em risco a fertilidade dos solos, as águas, a diversidade biológica e genética, o clima e, com isso, a segurança alimentar e nutricional. A única estratégia para o capital parece ser a corrida tecnológica e uma sempre maior artificialização do planeta e da vida humana.

A apropriação do território para os projetos transnacionais de megaempreendimentos imobiliários e hoteleiros se dá em paralelo com as distintas formas de ocupação da zona costeira, gerada pelo crescimento populacional. Mesmo com aproximadamente 80%<sup>28</sup> da população planetária vivendo na zona costeira – o que gera, conseqüentemente, pressões socioeconômicas por recursos naturais –, a existência dos conflitos é, essencialmente, fruto do interesse por paisagens e sistemas ambientais considerados, por meio de uma construção simbólica, “paradisíacos”. Notadamente os territórios das comunidades, de profunda construção sociocultural, com seus ancestrais sistemas de manejo e de produção de alimentos, conservam verdadeiros enclaves de biodiversidade e de diversidade de paisagens.

É possível perceber, na breve análise de apropriações tradicional e étnica – cultural, simbólica, econômica e social –, que as relações com os sistemas ambientais foram social e ambientalmente construídas. E que proporcionaram qualidade de vida e conservação dos sistemas ambientais para a materialização dos territórios de soberania alimentar<sup>29</sup>, cultural e econômica. Também é possível

<sup>27</sup> De acordo com o IBGE (2005) restam apenas 8% da cobertura vegetal do bioma Mata Atlântica (no qual a zona costeira está inserida).

<sup>28</sup> No Brasil, a faixa costeira concentra mais da metade da população e grande parte da produção econômica do país. No Ceará, 49% da população vive nos municípios costeiros (AQUASIS, 2003).

<sup>29</sup> “[...] a noção de Soberania Alimentar incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de

mostrar que esses territórios estão em disputa. Constatou-se a apropriação dos sistemas ambientais como mercadorias, a partir de uma perspectiva global de dominação dos territórios das comunidades que incorpora a lógica de territorialização dos grandes empreendimentos, como monocultivos, mineração, barragens, entre outros:

A introdução, em tais áreas, de monoculturas e pastagens, projetos viários, barragens, atividades mineradoras, etc, provoca grandes efeitos de desestabilização das atividades nas terras tradicionalmente ocupadas. Trata-se, portanto, dos casos em que, em certas combinações de atividades, o meio ambiente transmite impactos indesejáveis (as ditas “externalidades”) que podem fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras atividades se manterem. Nesses casos, espaços produtivos privados transmitem os efeitos nocivos de suas práticas para o meio ambiente comum (ACSELRAD et al., 2009, p.74).

O Quadro 1 e as Figuras 1 e 2 constituem um esforço de síntese dos principais conflitos socioambientais em curso na zona costeira cearense. Longe de dar conta da complexidade que envolve cada um desses conflitos e, sem a pretensão de empreender um registro geo-histórico de cada caso, o exercício feito foi o de esboçar uma tipologia que permitisse uma visualização da espacialização e do tipo de conflito e que mostrasse quais violações de direito se dão a partir do conflito e como os grupos organizados têm respondido a essas violações.

---

produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e ao controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis” (MEIRELES, 2004, p. 1).

QUADRO 1 – Comunidades costeiras, conflitos e estratégias de resistência.

<b>COMUNIDADE (MUNICÍPIO)</b>	<b>CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO</b>	<b>VIOLAÇÕES DE DIREITOS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE</b>
Redonda (Icapuí)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p> <p>Conflito envolvendo pesca predatória</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação do PA Redonda</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Pesca Artesanal, Turismo Comunitário)</p>
Ponta Grossa (Icapuí)	<p>Conflito de terra</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p>
Fontainha (Aracati)	<p>Conflito de terra</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p>

COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Esteves (Aracati)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação de Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico)</p>
Cumbe (Aracati)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo carcinicultura</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola</p>
Comunidade Volta (Aracati)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo carcinicultura</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p>

<b>COMUNIDADE (MUNICÍPIO)</b>	<b>CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO</b>	<b>VIOLAÇÕES DE DIREITOS</b>	<b>ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE</b>
Parajuru (Beberibe)	Conflito de terra Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário	Violência física e psicológica Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum	Contestação de ações na justiça Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)
Prainha do Canto Verde (Beberibe)	Conflito de terra Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário Conflito envolvendo pesca predatória	Violência física e psicológica Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias	Contestação de ações na justiça Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade) Criação de Resex (reserva Extrativista) Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)
Praia das Fontes (Beberibe)	Conflito de terra Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário	Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum	Contestação de ações na justiça Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)
Balbino (Cascavel)	Conflito de terra Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário	Violência física e psicológica Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum Criminalização de lideranças	Contestação de ações na justiça Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade) Criação de APA (Área de Proteção Ambiental)

COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Batoque (Aquiraz)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação de Resex (Reserva Extrativista)</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p>
Jenipapo- Kanindé (Aquiraz)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Luta pelo reconhecimento como povo indígena</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p>
Cana Brava (Trairi)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p>

COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Guajiru (Trairi)	Conflito de terra Pesca predatória (arrasto de peixe)	Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum	Contestação de ações na justiça  Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)  -Atividades produtivas e de garantia de territórios (Cultivo de algas marinhas)
Flecheiras (Trairi)	Conflito de terra  Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário  Conflito envolvendo parques de energia eólica	Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum	Contestação de ações na justiça  Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)  Atividades produtivas e de garantia de territórios (Cultivo de algas marinhas)
São José de Buriti (Itapipoca)	Conflito de terra  Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário  Conflito envolvendo parques de energia eólica	Violência física e psicológica  Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum  Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias	Contestação de ações na justiça  Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)  Luta pelo reconhecimento como povo indígena



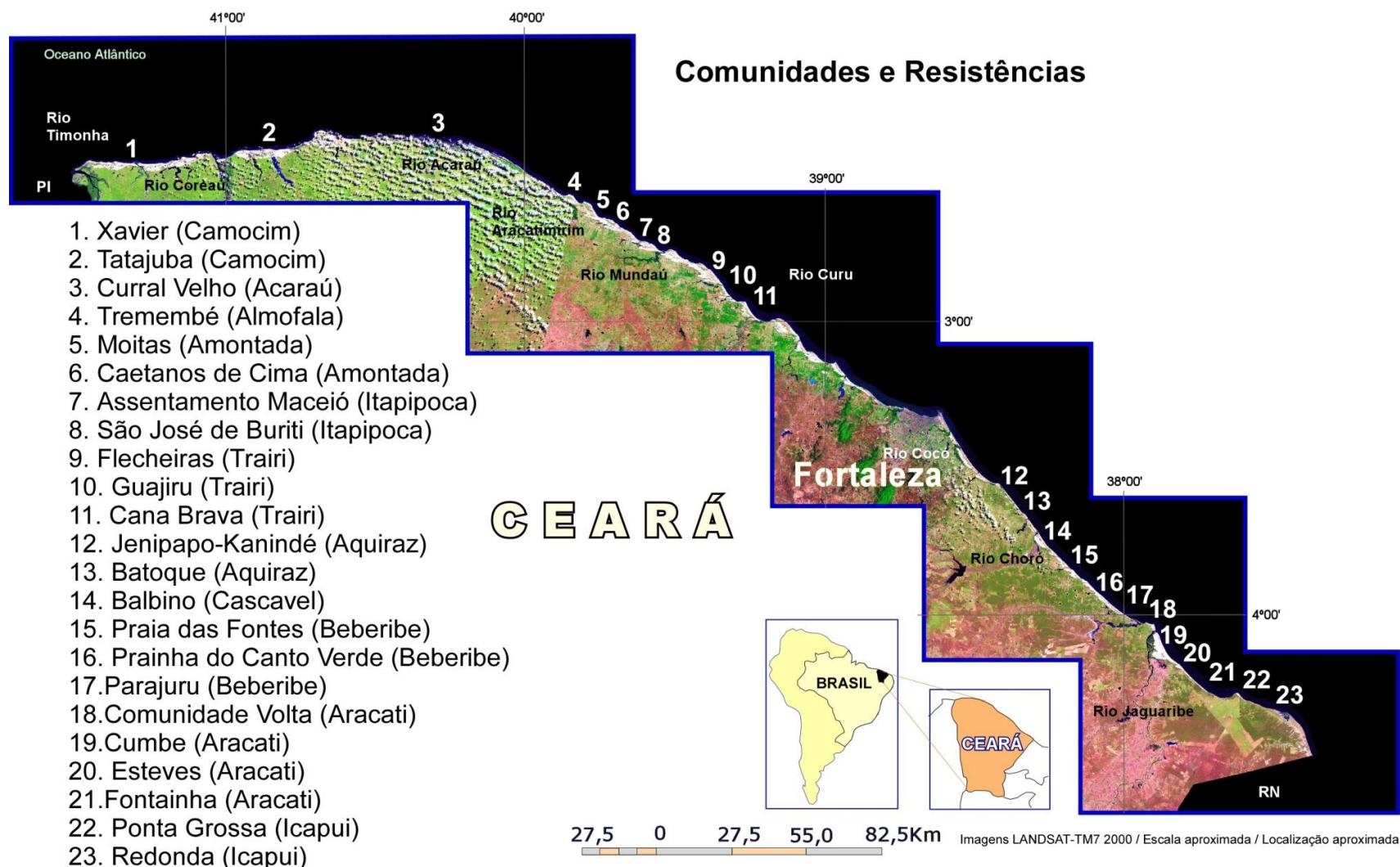
COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Assentamento Maceió (Itapipoca)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação do PA Maceió</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Cultivo de algas marinhas e Turismo Comunitário)</p>
Caetanos de Cima (Amontada)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação do PA Sabiaguaba</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p>
Moitas (Amontada)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Criação do PA Barra das Moitas</p>

COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Tremembé (Almofala)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Luta pelo reconhecimento como povo indígena</p>
Curral Velho (Acaraú)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo carcinicultura</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p>
Tatajuba (Camocim)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	<p>Violência física e psicológica</p> <p>Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum</p> <p>Criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias</p>	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Atividades produtivas e de garantia de territórios (Turismo Comunitário)</p> <p>Mobilização para criação de Resex (Reserva Extrativista)</p>

COMUNIDADE (MUNICÍPIO)	CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO	VIOLAÇÕES DE DIREITOS	ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE
Xavier (Camocim)	<p>Conflito de terra</p> <p>Conflito envolvendo parques de energia eólica</p>	Impedimento e restrição de acesso a espaços de uso comum	<p>Contestação de ações na justiça</p> <p>Articulação com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, Universidade)</p> <p>Mobilização para criação de Resex(Reserva Extrativista)</p>

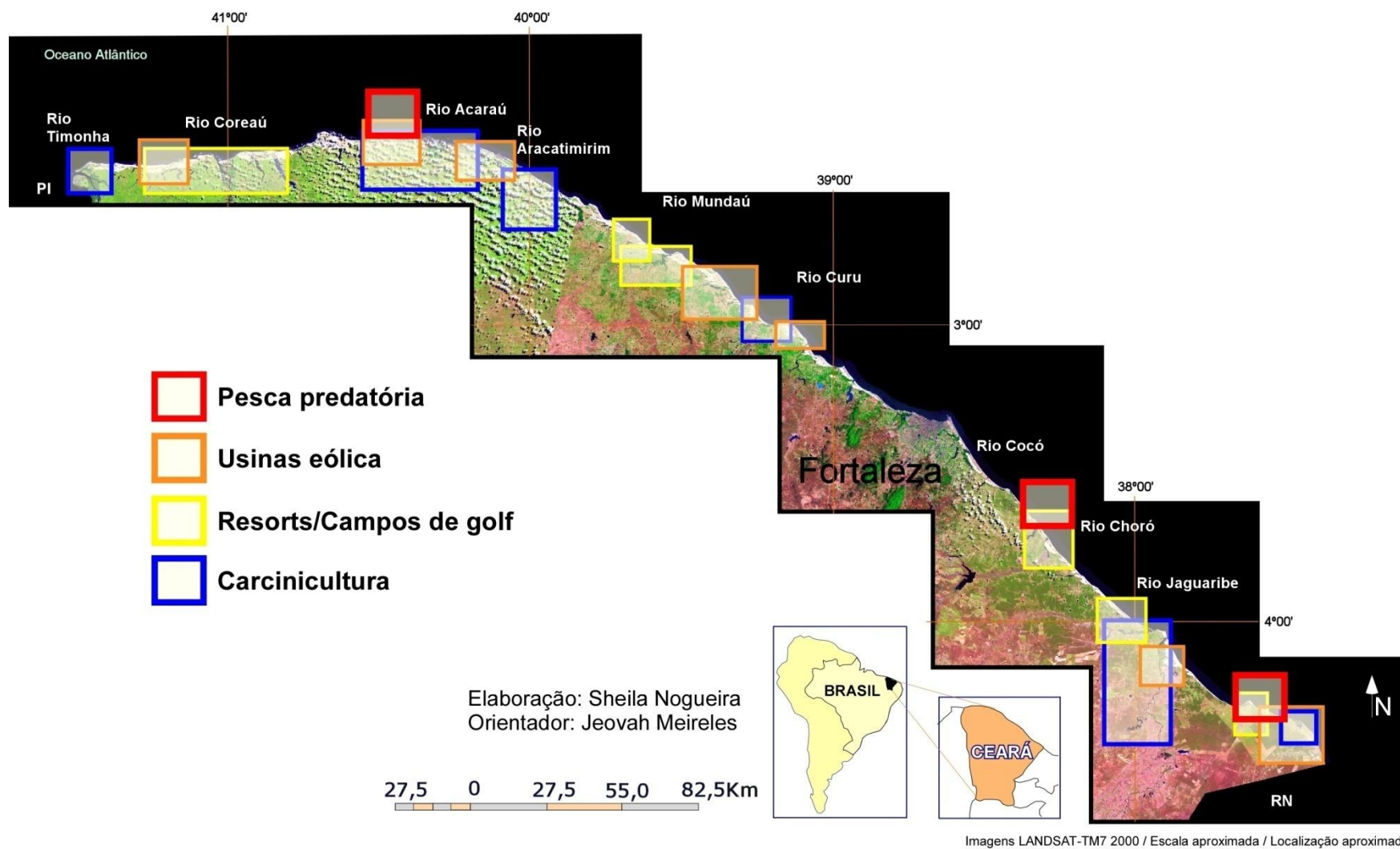
Fonte: Elaborado por Nogueira, 2016.

Figura 1 – Comunidades tradicionais e étnicas e conflitos ambientais ao longo da zona costeira



Fonte: Elaborado por Nogueira e Meireles, 2016.

Figura 2 – Tipologias dos conflitos socioambientais da zona costeira cearense



Fonte: Elaborado por Nogueira e Meireles, 2016.

A análise dos conflitos mostra, em primeiro lugar, a centralidade dos conflitos de terra na zona costeira cearense. Das 23 comunidades envolvidas em conflitos socioambientais, todas apresentam conflitos relacionados à posse da terra.

Com um histórico de uso e ocupação baseado na posse coletiva, a maioria dessas comunidades não possui documento que comprove a posse da terra. A ausência de registro imobiliário das terras ocupadas constitui fator de risco à permanência comunitária, risco esse que se agrava em um contexto de ampliação da especulação imobiliária e da diversificação dos sujeitos conflitantes. Se, nas décadas de 1970 e 1980, os conflitos davam-se, sobretudo, com agentes privados ligados aos empreendimentos turísticos e hoteleiros, na contemporaneidade, o arco de atividades econômicas que pressionam os territórios costeiros está ampliado.

Como se pode perceber, a partir da tipologia dos conflitos em curso, os sujeitos conflitantes estão vinculados às principais atividades econômicas desenvolvidas pelo setor privado na região. Assim, aos conflitos envolvendo empreendimento turístico e/ou imobiliário, somam-se conflitos envolvendo as atividades da pesca predatória e da carcinicultura e a geração de energia eólica. Considerando a tipologia definida, aos conflitos de terra, que, como já mencionado, estão presentes em todas as comunidades listadas, se sobrepõem os conflitos envolvendo empreendimentos turísticos e/ou imobiliários, em 15 comunidades; os conflitos envolvendo parques de energia eólica, presentes em 11 comunidades; conflitos envolvendo carcinicultura em 3 comunidades; e pesca predatória, também, em 3 comunidades.

Ao definir essa tipologia de conflito e atribuir aos agentes privados (empresários, redes hoteleiras, elites econômicas) a promoção das pressões sobre os territórios costeiros que desencadeiam as tensões de uso entre setor privado e comunidades, não é possível, como sugere Svampa (2016, p. 143), “desestimar o papel do Estado nacional na configuração sempre assimétrica que os conflitos socioambientais adquirem”. No contexto do Estado do Ceará, as atividades econômicas em curso, como indicado no segundo capítulo, encontram toda uma ambiência favorável para sua implementação por meio da formulação de políticas públicas destinadas a impulsionar a atividade<sup>30</sup> e/ou destinação de subsídios como atrativos locacionais<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Caso do Prodetur/Ne, que dotou a zona costeira de infraestrutura necessária para o

Retomando as reflexões de Castro (1992) sobre a inserção da elite local na estrutura do Estado, atestamos a dubiedade que marca a identidade do empresário e do gestor público. No Ceará, sobretudo a partir do período intitulado de “governos das mudanças (1987-1994)”, que levou ao governo do Estado representantes da nova elite empresarial que se firmara a partir do Centro Industrial Cearense (CIC)<sup>32</sup>, essas identidades se confundem.

Os conflitos socioambientais desencadeiam um conjunto de violações de direitos que abrangem desde a violência física e psicológica e a criminalização de lideranças e/ou associações comunitárias até a privatização e a degradação de importantes ecossistemas e bens de uso comum.

Muitos são os relatos de moradores das comunidades em conflito sobre casos de queima de casas, destruição de cercados e quintais, como formas de intimidação. Essa estratégia, que tem no uso da violência uma forma de fazer cessar a ação do outro e, nos casos extremos, eliminá-lo, tem sido uma marca presente nos conflitos socioambientais e nas lutas por terra e território em todo o território nacional. Oliveira (2015, p. 42), ao analisar os dados da violência no campo em 2015<sup>33</sup>, registra a ampliação da barbárie, considerando o dado de que “[...] os assassinatos que, nos últimos anos, giraram absurdamente em torno de três dezenas, subiram para 50, em 2015”.

A violência também se expressa na privatização dos recursos de bem comum e na degradação de importantes ecossistemas, como o manguezal e os campos dunares. No caso do manguezal, a devastação foi desencadeada pela instalação de fazendas de camarão, cujo funcionamento provocou alterações profundas nas funções e nos serviços socioambientais prestados por esse ecossistema. Em relação aos campos de dunas, a degradação se dá em função de múltiplas atividades, como: ocupação das dunas; mineração clandestina de areia para a construção civil; acúmulo de lixo; contaminação do lençol freático. Nos

---

desenvolvimento do setor turístico.

<sup>31</sup> Como os destinados aos empresários da carnicultura.

<sup>32</sup> Segundo Gondim (2015, p. 414), entre os integrantes do CIC, estavam “os grupos Jereissati e J. Macedo, que atuam, respectivamente, no setor de *shopping centers* e de alimentos, [e] eram classificados entre os 300 maiores do País, de acordo com a *Gazeta Mercantil*”.

<sup>33</sup> CPT. Conflitos no Campo Brasil, 2015.

últimos anos, a degradação decorre da instalação de parques de energia eólica. Segundo Meireles (2011, p. 01),

As [usinas eólicas] que estão operando e as em fase de instalação nos campos de dunas revelaram que a área ocupada pelos aerogeradores é gravemente degradada – terraplanada, fixada, fragmentada, desmatada, compactada, alteradas a morfologia, topografia e fisionomia do campo de dunas -, pois se faz necessária a manutenção de uma rede de vias de acesso para cada um dos aerogeradores e para resguardar a base dessas estruturas da erosão eólica. Com isso, iniciou-se um generalizado e aleatório processo de fixação artificial das areias, danos aos sítios arqueológicos e privatização destes sistemas ambientais de relevante interesse socioambiental.

O quadro de violações de direitos evidencia a lógica economicista que rege as apropriações territoriais da iniciativa privada e da elite econômica, empenhadas em “[...] transformar espaços onde se encontram os recursos naturais considerados estratégicos em territórios eficientes e produtivos” (SVAMPA, 2016, p. 159). Desse modo, as disputas estão relacionadas com intervenções regidas pelo capital em suas diversas dimensões de mercantilização da natureza, demonstrando a concreta relação com as proposições hegemônicas territorializadas regionalmente.

Nesse contexto de pressões sobre os territórios e de violações de direitos, muitas comunidades tiveram seus modos de vida desarticulados com a perda da terra e do acesso aos recursos naturais. Mas muitas outras se opuseram frontalmente às tentativas de expropriação de seus territórios. Lima (2002) registra que as lutas são parte do cotidiano das comunidades pesqueiras marítimas, desde o final da década de 1970, e se inscrevem em movimentos em defesa de seus modos de vida e da conservação dos bens de uso comum. A autora assim se posiciona:

De modo especial, a luta pelo direito ao uso da terra contra o “turismo predador”, contra a destruição dos estoques pesqueiros e pela preservação dos ecossistemas costeiros (a exemplo dos manguezais e lagoas, vitais à reprodução de espécies marinhas) têm motivado, em muitos momentos e lugares, confrontos históricos. Essas ações contribuem para fortalecer os elos entre aqueles que estão na luta e a conquistar (e perder) aliados (LIMA, 2002, p. 143).

No movimento das lutas, foi sendo conformado um conjunto de estratégias para o fortalecimento da organização comunitária, entre as quais está a criação de associações<sup>34</sup> e/ou grupos informais que se constituíram em espaços de reflexão e construção de identidades e sentidos comuns à luta. Percebe-se, nos

---

<sup>34</sup> Parte considerável das associações comunitárias e/ou de moradores foi fundada a partir da década de 1980, período que coincide com o início do processo de democratização do País.



casos descritos, o quanto a existência de um “tecido social de resistência” é determinante para o não arrefecimento das resistências. Diegues (2001, p. 109), ao analisar os processos de reação dos comunitários aos processos de expropriação, destaca que essa reação encontrou uma ambiência favorável no país, com a volta da democracia em meados dos anos 1980. Para o autor,

[...] essa reação tem como causas a reorganização da sociedade civil brasileira, através de um grande número de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo de organizações não-governamentais e um conjunto de alianças que incluem também uma parte do movimento ecológico, tanto nacional quanto internacional.

Em todos os casos de resistência, a articulação das comunidades com entidades de apoio (ONGs, pastorais sociais, núcleos de pesquisa nas universidades) configura ação determinante para a construção dos seguintes fatores: visibilidade do conflito, de conhecimentos e argumentos para contestação das violações de direitos; acompanhamento dos processos de judicialização dos conflitos; solidariedade para com a sociedade civil nacional e internacional.

Em alguns desses casos, o enfrentamento do conflito se dá com o apoio do Estado, por meio do reconhecimento jurídico do direito das comunidades tradicionais à terra e ao território. Nos casos analisados, a criação de assentamentos rurais e reservas extrativistas têm sido as formas mais acionadas pelas comunidades ao Estado brasileiro para garantir seus territórios.

É inquestionável que a garantia legal do direito ao território traz avanços na luta comunitária. Mas a experiência tem mostrado as fragilidades do Estado em instituir os demais mecanismos legais, fragilizando a efetivação dos direitos das comunidades que seguem ameaçadas pelas pressões dos projetos econômicos em curso na zona costeira.

As comunidades que garantiram a posse legal da terra, por meio de assentamentos rurais e reservas extrativas, a partir da experiência de relação direta com o Estado como gestor público, explicitam que não é suficiente garantir legalmente a posse da terra e do território. É fundamental que sejam criadas condições que possibilitem a sustentabilidade econômica das atividades produtivas tradicionais (agricultura, pesca, extrativismo vegetal), bem como das novas atividades produtivas que vêm se incorporando ao cotidiano das comunidades, a exemplo do turismo comunitário, do cultivo de algas marinhas, do beneficiamento da

pequena produção, da diversificação dos produtos cultivados e da criação de pequenos animais. E a isso se soma o desafio colocado à comercialização em bases justas da produção, a partir do contato permanente com os mercados e com as redes de comercialização solidária.

Muitas dessas ações já estão em curso em boa parte das comunidades em luta por seus territórios e têm sido empreendidas em busca da dinamização econômica e da afirmação das múltiplas territorialidades que marcam o cotidiano das comunidades tradicionais. Elas demonstram o complexo sistema de apropriação territorial desenvolvido pelas comunidades tradicionais costeiras, que tem sido fundamental para a garantia tanto da conservação da biodiversidade como da diversidade sociocultural.

#### 4 Caetanos de Cima e as territorialidades resistentes

Neste capítulo, apresentamos a comunidade de Caetanos de Cima. Em uma perspectiva escalar, partimos da constituição do município de Amontada, onde está localizado o Assentamento Sabiaguaba, para, em seguida, localizar a comunidade de Caetanos de Cima, destacando seu processo de ocupação, a consolidação de sua territorialidade, a luta pela terra e as estratégias de organização e luta pela garantia do território.

Será por meio desses apontamentos, com base na compreensão do conflito ambiental fundamentada nos capítulos anteriores, que avançaremos na formulação dos preceitos básicos para demonstrar a afirmação territorial das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, a contínua busca por direitos sociais e ambientais, frente às territorialidades impostas pelos grandes empreendimentos públicos e privados, na perspectiva da abertura de novas formas de reprodução do capital em um espaço altamente valorizado como a zona costeira cearense.

Iniciaremos com a contextualização histórica de como o conflito se materializou, para, na continuação, demonstrar as estratégias e práticas de gestão e uso comum dos bens ambientais que conformam as territorialidades resistentes aos processos de expropriação do território comunitário. Pois, se de um lado, os conflitos produzem desigualdades socioambientais que colocam em risco a existência de sistemas tradicionais de acesso aos recursos territorializados, de outro, fazem emergir processos de contestação, a partir da elaboração de distintas estratégias de resistência pelas comunidades tradicionais em busca da garantia e afirmação de seus modos de vida, conforme analisa Diegues (2001, p. 97):

Os sistemas tradicionais de acesso a espaços de uso comum (comunitários) existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturado frente à expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum.

É sobre a atualidade desses sistemas tradicionais, cuja afirmação, em diálogo com a criação de novas possibilidades de uso dos bens comuns, tem

garantido, mesmo em contextos marcados por contradições e reveses, a resistência de povos e comunidades tradicionais, que versa esse capítulo.

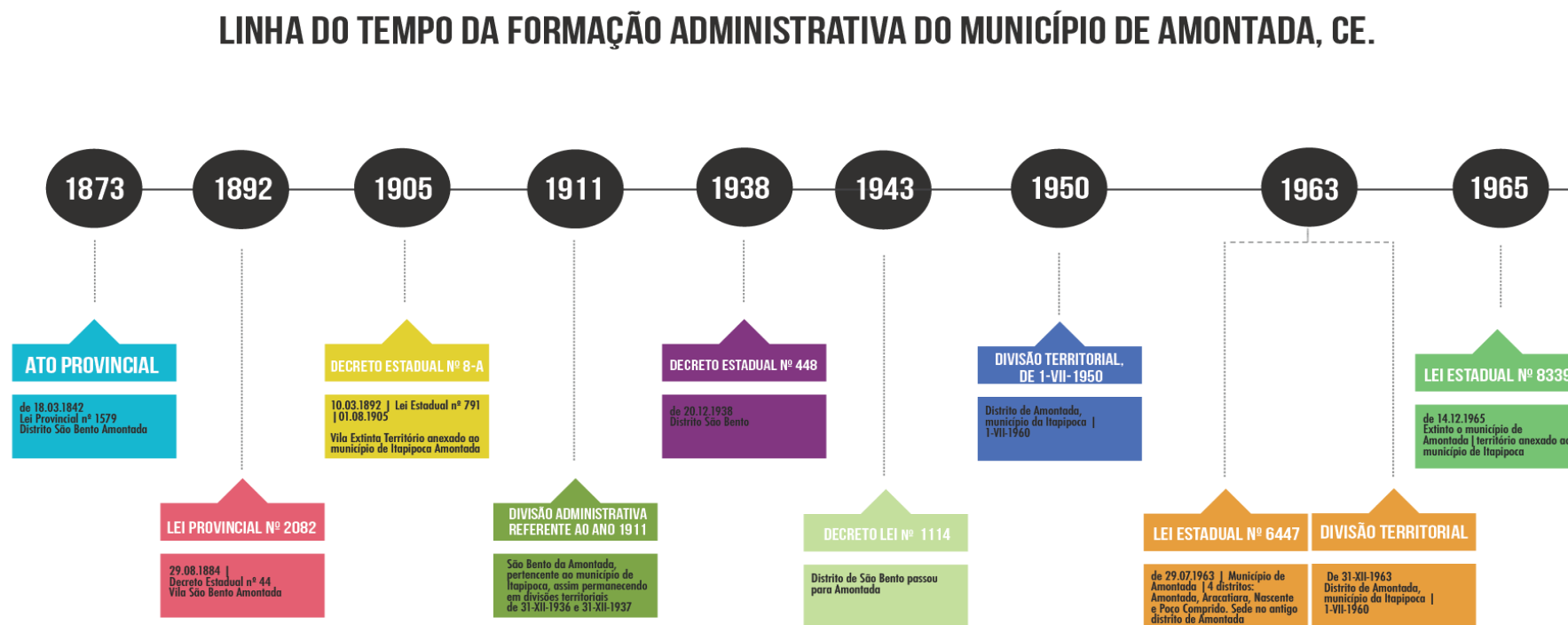
#### **4.1 O Município de Amontada**

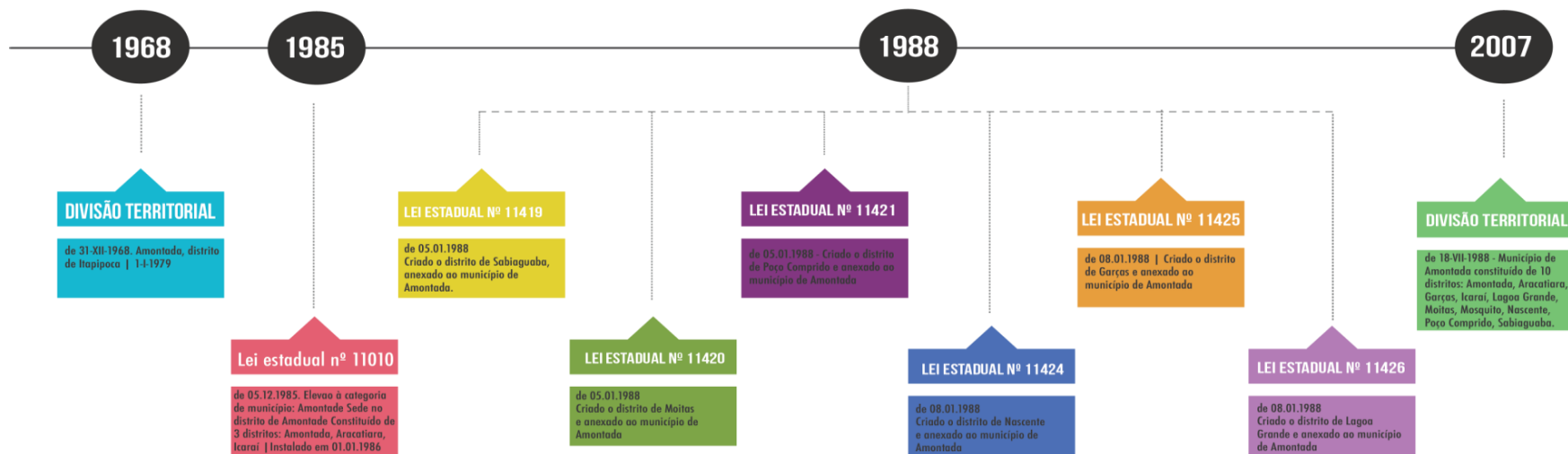
Em 1873, é criado o distrito de São Bento de Amontada. Começa ali uma história permeada por decretos e leis que vão definindo o território, ora como distrito, como vila ou município. A cada definição administrativa, altera-se também a toponímia: ora São Bento de Amontada, ora São Bento, ora tão somente Amontada. Essa história dura cerca de um século. Apenas em 1985, Amontada foi definitivamente desmembrado de Itapipoca e voltou a figurar como município (IBGE, 2010).

A ênfase na linha do tempo da formação administrativa do município de Amontada (Figura 3) é dada na perspectiva de evidenciar o tempo, não apenas em sua dimensão cronológica, linear e progressiva, mas como tempo histórico, marcado por eventos que remetem à “apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (Moraes, 2011, p.15).

Nesse quase um século, enquanto o Estado renomeava e instituía distintos limites administrativos a esse espaço natural, que formas de uso e apropriação espacial se davam pelos grupos sociais que o habitavam? Quais territórios estavam a se constituir?

Figura 3: Linha do tempo da formação administrativa do município de Amontada, CE





Fonte: Elaborado por Nogueira, 2016.

Durante o século XVIII, a capitania do Ceará ocupou posição periférica no processo de colonização portuguesa<sup>35</sup>, o que explica o seu povoamento tardio, quando comparado a outros estados nordestinos. É na segunda metade do século XIX, com a consolidação do complexo socioeconômico baseado na implantação das fazendas de gado e o desenvolvimento de culturas comerciais voltadas para exportação, como a do algodão, que se dá a ocupação do território cearense (SOUZA, 2007).

Assim, o binômio gado-algodão vai impulsionando a transformação de povoados em vilas, junto da instalação da estrada de ferro, entre o final do século XIX e início do XX, e, posteriormente, a partir dos anos 50, das rodovias. A estruturação dessa infraestrutura de transporte facilitou a comunicação entre as regiões, impulsionando as trocas comerciais e a estruturação de espaços(SOUZA, 2007).

A comunicação e a circulação de mercadorias também são impulsionadas pelo estabelecimento de portos no litoral. Os portos de Aracati, Acaraú e Camocim e, posteriormente, o de Fortaleza, constituíram “centros de convergência da produção regional e irradiação do comércio para o interior” (SOUZA, 2007, p. 17).

Mas, enquanto o Sertão se consolidava como zona produtora de carne-seca e algodão, destinados ao abastecimento do mercado regional, o litoral se configurava como território da pesca, em articulação com a agricultura de subsistência, ainda que incipiente, se comparada aos cultivos desenvolvidos na zona da mata (DANTAS, 2002).

Nesse contexto, apesar de a pesca não figurar como uma atividade expressiva como a pecuária - em torno da qual se construiu a imagem do sertão das “charqueadas”- e da importância do litoral ser reportada mais pela presença dos portos que permitiam o escoamento dos produtos da atividade de criação de gado, a atividade pesqueira também ia dando contornos à ocupação do território cearense.

Em outras palavras, embora a história da ocupação do território cearense dê ênfase aos núcleos da Capitania que se constituíram em torno da pecuária, a partir do estabelecimento das fazendas de gado ou da proximidade dos portos de escoamento que foram originando as vilas e Cidades, é mister ressaltar a

---

<sup>35</sup> Embora, no século XVII, tenham acontecido as primeiras tentativas de colonização a partir da implantação, na barra do rio Ceará, em 1603, do fortim de São Tiago (via expedição de Pero Coelho de Souza); e, em 1612, do Forte de São Sebastião (expedição de Martim Soares Moreno). As duas expedições tiveram curta duração (SOUZA, 2007).

organização de pequenos povoados, a partir da realização da pesca artesanal em articulação com a pequena agricultura de subsistência.

Esse é o caso de Amontada, que, mesmo não constituindo núcleo de desenvolvimento de criação de gado, figurou como local de repouso para os “tangerinos”<sup>36</sup> e de refúgio para negros em fuga do sistema de escravidão, além de ser lugar onde viviam grupos indígenas. Esses últimos, por possuírem “conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas durante o período colonial” (SILVA, 1988, p. 30). Diegues (2004), ao abordar as relações entre as sociedades e o mar, localiza um conjunto de práticas econômicas, sociais e simbólicas, entre as quais a pesca realizada por grupos litorâneos. Para estes grupos, essa atividade não configura apenas um meio de subsistência, mas uma forma de organizar um modo de vida baseado na convivência com o ambiente marinho. Para o autor:

Sociedades inteiras, em determinados períodos históricos, dependeram quase que exclusivamente da pesca, que foi responsável pela reprodução física e social de seus membros, bem como pela importância de representações sociais e culturais que marcaram a vida social, não somente na antiguidade como nos tempos modernos. (DIEGUES, 2004, p. *viii*).

O município de Amontada está situado no litoral oeste do Estado do Ceará, distante aproximadamente 157 km de Fortaleza, capital do Estado. Amontada ocupa uma área de 1.179,59 km<sup>2</sup> e faz limite com os municípios de Itapipoca a leste; Itarema, Acaraú e Morrinhos a oeste, Miraíma ao sul e com o Oceano Atlântico ao norte (IPECE, 2015).

De acordo com dados do censo demográfico 2010, o referido município possui população total de 39.232 habitantes. Destes, 15.947 vivem em área urbana e 23.285, em área rural (IBGE, 2010).

Apesar de apresentar predominância de população rural, nos últimos dez anos, verifica-se uma tendência de queda da população rural de 63,50%, em 2000, para 59,35%, em 2010, com aumento da taxa de urbanização de 36,50%, em 2000, para 40,65%, em 2010 (IBGE, 2010). Mas, a despeito deste aumento no percentual de urbanização, é um dos municípios que agregam o maior número de

---

<sup>36</sup> Forma como eram conhecidos os tangedores de gado. Os lugares de descanso ou pousos dos “tangerinos” foram se transformando em ranchos com poder de atração de pessoas e diversificação de atividades comerciais que impulsionaram a origem de outros povoados e vilas (SOUZA, 2007).



assentamentos rurais na zona costeira, com 11 assentamentos criados<sup>37</sup> (INCRA, 2016).

O município é constituído de 10 distritos: Amontada (sede), Aracatiara, Garças, Icaraí, Lagoa Grande, Moitas, Mosquito, Nascente, Poço comprido e Sabiaguaba (IBGE, 2010).

#### **4.2 O Assentamento Sabiaguaba**

É no distrito de Sabiaguaba que está localizado o Assentamento Sabiaguaba, composto pelas comunidades de Pixaim, Matilha e Caetanos de Cima. Essa última, território-referência da pesquisa.

Essas três comunidades começaram a se organizar quando o uso da terra como bem coletivo passou por modificações e a instituição da propriedade privada virou norma, sobretudo, a partir de processos baseados na usurpação das terras que ameaçavam a permanência de muitas famílias. O Assentamento, como veremos mais à frente, foi pensado como estratégia de permanecer na terra, conforme nos fala um dos entrevistados: “O assentamento foi uma necessidade pelo tipo de ataque que a gente tava tendo, ameaça de ser expulso por alguns proprietários que se diziam donos da terra”.

As narrativas que evocam o início do conflito trazem como marco temporal o ano de 1888, quando o Sr. Estevão Romero Barros chega à região e, paulatinamente, vai se apropriando das terras devolutas. Alegando ser o legítimo proprietário das terras, inicia um processo de cobrança aos moradores pelo uso da terra. (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFC; INSTITUTO TERRAMAR, 2003, P. 156).

O tempo das terras livres, sem a presença de proprietários, chegava ao fim. Começava o tempo dos patrões, donos de tudo e de todos. Vale registrar que, nesse período, vigorava a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, que regulamentava o sistema de propriedade da terra, entre os quais, as terras devolutas no Império do Brasil, os bens possuídos por título de sesmaria sem cumprimento das condições legais e os títulos de posse mansa e pacífica. A partir desse instrumento legal, a terra perdia sua propriedade de coletividade para se transformar em mercadoria, conforme analisa Germani (2006, p. 135):

---

<sup>37</sup> Esse é, também, o mesmo número de assentamentos criados no município de Itapipoca. Em sequência aparecem os municípios de Acaraú, com 10, e Beberibe, com 8.

Se para o trabalhador livre [...] esta lei significou o “cativeiro” da terra, para o capital significou sua liberdade. A terra já não estava livre para ser ocupada, como no regime anterior, mas livre para ser transformada em mercadoria e ser adquirida pelos que tivessem condições para isso; por fim, estava “livre” para gerar a renda capitalista da terra. As outras formas de aquisição se transformaram, com a aplicação desta Lei, em atos ilegais.

A cobrança pelo arrendamento da terra e a exploração do trabalho das famílias perdurou por muito tempo e agravou-se após a morte de Estevão Barros. Nesse período, um de seus filhos assume a administração dos negócios e amplia a exploração e a violência<sup>38</sup>, utilizadas como linguagem para demarcar autoridade e controle sobre a posse da terra.

Nesse processo de apropriação das terras tidas como livres, outra figura lembrada é o Sr. Expedito Tomé de Souza. Segundo algumas fontes, este teria se apropriado de aproximadamente 80% das terras, impedindo o acesso das famílias à terra e à construção de casas; destruindo propriedades coletivas, caso do salão paroquial, e instituindo um monopólio na comercialização do pescado, que tinha que ser vendido com exclusividade ao mesmo, que ditava os preços. Além disso, se utilizou de estratégias comuns no processo de grilagem das terras<sup>39</sup> na zona costeira, a exemplo da compra de coqueiros, da construção de cercas para delimitar a propriedade e da apresentação de documentos sem comprovação de validade.

Mas, se a linguagem da violência gerava controle, injustiças e medo, gerava também revoltas e resistências. Assim como em outras regiões do país envolvidas com a luta pela terra, começou a se organizar, no município de Amontada, um movimento de reflexão e conscientização sobre as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira, em especial em relação à posse da terra. Era o tempo da constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Sobre os casos de violência física, o Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel Sabiaguaba, realizado pelo INCRA, em 1986, registra como fato grave a morte de um trabalhador rural da região (SILVA, 2006). Aos assassinatos e agressões físicas se somam destruições de casas, derrubada de cercados, queima de plantações, interdição de passagens de uso comum, entre outras formas de violência

<sup>39</sup> O termo grilagem de terras refere-se ao processo de tomada de terras públicas ou privadas, por meio da falsificação de documentos. As falsas escrituras são colocadas em gavetas junto com grilos, cujos dejetos dão aos documentos uma aparência envelhecida e antiga. Por isso, os termos grilagem e grileiros para descrever essa prática. Ver sobre isto: MOTTA, M. M. A grilagem como legado. In: MOTTA, M. M.; PIÑERO, T. (ORGS.) **Voluntariado e universo rural**. Rios de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

<sup>40</sup> Sobre a importância da organização comunitária e da dimensão da fé e do sagrado na luta pela terra, ver: MCCABE, M. A. **A nossa luta foi uma luta sagrada: o povo do Assentamento Maceió conta a história da sua luta pela terra**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015. A partir da luta do Assentamento Maceió (Itapipoca/Ce), a obra apresenta conexões desta luta com outras da região, caso do Assentamento Sabiaguaba.

Tomando as análises de conjuntura<sup>41</sup> como recurso metodológico, as pastorais sociais<sup>42</sup> realizaram debates sobre as desigualdades que estruturam a realidade brasileira e mundial e como estas se expressam na escala local, para, em seguida, identificar os problemas a serem enfrentados na superação de tais desigualdades, a exemplo da histórica negação de camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, entre outros, como sujeitos de direito.

Para Scherer-Warren (2011, p.69), esse trabalho permitiu a tomada de “consciência não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por esse direito e de participar em seu próprio destino”. Segundo a autora, “é o reconhecimento *coletivo* de um direito que leva à formação de uma identidade social e política”.

Nesse contexto, em 1984, um grupo da comunidade realizou um processo de mobilização de comunidades vizinhas e entidades de apoio<sup>43</sup> para encaminhar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma solicitação de desapropriação da terra para a reforma agrária, como forma de garantir a posse coletiva da terra para as famílias. E, conforme evidencia um dos entrevistados, a igreja teve um papel central nesse processo:

Nessa luta a gente procurou a Comissão Pastoral da Terra. Em Itapipoca, procuramos Dom Paulo Pontes. Foi um bispo que apoiou bastante essa questão da luta pela terra, deu um incentivo muito grande. Na época, tinha também o Padre Felipe, a irmã Maria Alice, a irmã Bete<sup>44</sup>. Era a igreja em peso. E tinha também os advogados que trabalhavam na Diocese e atendiam aqui na comunidade.

Após longa negociação e encaminhamento do processo burocrático, em 16 de junho de 1986, foi conquistada a desapropriação da terra. E, em dezembro do mesmo ano, foi constituída a Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores do Assentamento Sabiaguaba (APAPAIS).

---

<sup>41</sup>“A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse” (SOUZA, 2005, p. 8).

<sup>42</sup> Sobre o trabalho das pastorais sociais na luta pela terra na zona costeira cearense, ver: PEREIRA, R. M. M. **A importância do trabalho pastoral no processo de resistência e luta em defesa da terra na Prainha do Canto Verde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia). Instituto de Ciências da Religião. Fortaleza, 2005.

<sup>43</sup> Entre as quais se destacam a Diocese de Itapipoca, ligada à Igreja Católica, e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), organização não governamental que prestava assessoria jurídica à comunidade.

<sup>44</sup> Irmã Maria Alice (Mary Alice McCabe) e Irmã Bete (Betsy Mary Flynn) pertencem à Congregação Irmãs de Notre Dame, que teve importante papel na organização de diversas comunidades ao longo da zona costeira cearense.

Com a posse legal da terra, outros conflitos se colocam e/ou amplificam-se. Um desses está relacionado à ausência de indenização, por parte do INCRA, aos “ex-proprietários”, que continuam na área dividindo espaço com os assentados e se opondo à consolidação do Assentamento. Conforme argumenta Lima (2012, p. 67):

O [conflito] interno é marcado pela ação tanto de assentados quanto de posseiros. A dissidência com a proposta política e as linhas de princípios de atuação da APAPAIS tem levado a conflitos com algumas famílias de assentados que, além de não se envolverem na defesa do território do assentamento nem nos projetos de desenvolvimento local, têm desencadeado ocupações dentro do imóvel, ampliando sua propriedade de maneira arbitrária.

Na década de 1990, com a chegada do empresário Júlio Trindade, conhecido como “Pirata”<sup>45</sup>, o conflito se complexifica. Alegando ser proprietário de parte da terra do Assentamento, inicia um novo ciclo de tensões e violações de direitos na região. A intervenção do empresário vai intensificar o conflito interno, a partir de sua vinculação com alguns moradores da comunidade. (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFC; INSTITUTO TERRAMAR, 2003, P. 157).

É nesse contexto de tensão que ocorre a divisão da comunidade em duas: Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo. Essa cisão entre grupos comunitários se estabelece em função das posições distintas sobre a desapropriação das terras pelo INCRA para o estabelecimento do assentamento; e da recusa de Caetanos de Baixo em participar da luta contra as investidas sobre a terra do Assentamento realizada pelo empresário Júlio Trindade.

Localizado em terras cada vez mais valorizadas, a partir da expansão das fronteiras capitalistas sobre territórios de povos e comunidades tradicionais, na perspectiva de incorporá-los na engrenagem produtiva de setores de infraestrutura, agronegócio e energia, o Assentamento Sabiaguaba vê os conflitos internos se ampliarem, desenhando um conjunto de desafios externos que vão tornar a luta pela terra mais complexa e desafiadora da capacidade dos assentados e assentadas em resistir.

---

<sup>45</sup> Proprietário do Pirata Bar, casa de show localizada em Fortaleza/CE e internacionalmente conhecida, devido à sua ampla divulgação na propaganda turística do Estado. Além de alegar ser proprietário de terras do Assentamento localizadas na faixa praial, também estabeleceu conflito com a comunidade de Maceió (Itapipoca/CE), ao anunciar a construção de um pólo turístico denominado “Praia do Pirata”, na faixa de praia do Assentamento Maceió.

### 4.3 Caetanos de Cima - notas sobre o histórico de ocupação

A origem da comunidade é contada a partir de duas histórias<sup>46</sup>. Uma, remete aos grupos indígenas que habitavam a região, os Barbosa. A outra, ao deslocamento de negros em busca de “lugares de refúgio” da escravidão.

Em relação à origem indígena, a narrativa gira em torno da personagem Tereza Barbosa. Conta-se que, por volta de 1600, os portugueses Leonardo e Bernardo aportaram nas terras da região. Em contato com os índios Barbosa, Leonardo apaixonou-se e casou com a índia Tereza, passando a viver da pesca e do cultivo da terra, já praticada por esse grupo indígena antes da ocupação portuguesa, quando as terras eram livres e ocupadas por grupos indígenas de diversas etnias.

Nesse contexto, embora a referência seja feita aos Barbosa, é importante ressaltar a presença, na região, dos índios Tremembé<sup>47</sup>. Sabiaguaba é uma palavra de origem Tremembé e significa 'terra das goiabas', tendo sido escolhida para nomear tanto o distrito como o assentamento rural, em referência à abundância da fruta na região. Além disso, são os Tremembé exímios realizadores da pesca artesanal<sup>48</sup>, atividade que marca o processo de ocupação da região e os modos de vida das comunidades pesqueiras marítimas<sup>49</sup>.

A pesca realizada pelos Barbosa é um ponto alto dessa narrativa, com destaque para a utilização dos currais de pesca<sup>50</sup> construídos no “mar de terra” ou

---

<sup>46</sup> A tradição oral tem permitido que essas histórias sejam repassadas de uma geração a outra, constituindo o acervo histórico e cultural da comunidade e conferindo uma “identidade de grupo”, um “sentimento de pertencimento” ao lugar.

<sup>47</sup> Como agrupamento indígena, os Tremembé estão situados em Almofala, município de Itarema, que faz limite, a oeste, com o município de Amontada. Além da proximidade geográfica, que configura um indicativo da influência desse grupo no processo de ocupação da região, Ratts (1997), ao estudar os Tremembé, em diálogo com Raffestin (1993), argumenta “que os territórios étnicos excedem os limites dos agrupamentos originais [...], pois pressupõem a imagem de um local de relações”. Essa reflexão remete à ideia de que, embora situados ou definidos espacialmente a partir de uma fronteira, os grupos étnicos e/ou tradicionais que ocupam hoje o litoral cearense expressam, nos termos propostos por Raffestin, “uma relação de comunicação”.

<sup>48</sup> A relação dos Tremembé com a pesca artesanal marítima, que reverbera nas formas como se relacionam com a natureza, é minuciosamente abordada no livro: Oliveira Júnior, G. A. de. **O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

<sup>49</sup> Dantas (2002), ao tratar do processo de ocupação do território cearense no período colonial, faz referência à preponderância da pesca como atividade que organizou outro modelo de ocupação do espaço, engendrando “a criação de verdadeiras comunidades marítimas no litoral, e até nas regiões vizinhas de Fortaleza”. Lima (2002), em sua tese de doutorado, aprofunda e atualiza a realidade das comunidades pesqueiras marítimas, ao discutir como se conformam as estratégias de resistência destas comunidades frente aos inúmeros conflitos em curso na zona costeira cearense na atualidade.

<sup>50</sup> Técnica artesanal de pesca que consiste na construção de armadilha, a partir da fixação de madeiras (geralmente troncos de carnaubeira) e amarração de telas de cipó ou náilon para cercar área à beira-mar, deixando uma entrada afunilada para o peixe entrar. No litoral oeste, a pesca de

“mar raso”, com “morão e cipó recolhido da mata”. Os currais permitiam a captura de grande quantidade de peixes, principalmente camurupim, xaréu e enxova. Era uma época de abundância de peixes. Após a despesca do curral, os urus<sup>51</sup> saíam pesados. Era preciso muita força física para transportá-los, à pé, da praia até a Lagoa da Sabiaguaba, relatam.

A pesca de curral é, também, elemento presente na narrativa que tem como personagem Caetano dos Santos. Segundo relato dos moradores, Caetano, homem negro que viajava pelo litoral, provavelmente em fuga do sistema de escravidão<sup>52</sup>, aportou em Sabiaguaba no final do século passado. Em diálogo com os povos indígenas, construiu morada na beira da praia, passando a utilizar os currais como arte de pesca. A casa de Caetano se constituiu como ponto de apoio para quem vinha pescar nessa área, que começou a ser referenciada como “a praia do Caetano”. Daí surge o nome da comunidade, que, como já relatado, tempos depois, seria dividida em duas: Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo.

Do ponto de vista de uma historiografia oficial, não se tem registros sobre o marco originário de Caetanos de Cima. Mas é interessante perceber como as duas narrativas reforçam a presença, nesse território, de grupos considerados invisíveis tanto pelo senso comum como pela historiografia regional na formação étnica cearense: os índios, a partir da ideia de “extinção” e o negro, pela afirmação de sua “quase ausência” (RATTS, 1997).

Dessa forma, as narrativas corroboram com estudos que apontam não só a presença, mas a importância sociocultural de indígenas e negros na configuração territorial do Ceará, visibilizando as marcas da cultura indígena e negra nos modos de vida das comunidades pesqueiras marítimas.

---

curral acontece com mais intensidade em Flecheiras (Trairi/Ce), Curral Velho (Acarauá) e Bitupitá (Barroquinha).

<sup>51</sup> Do Tupi, cesto confeccionado de palha, usado para transportar peixes.

<sup>52</sup> Em seus estudos sobre a presença de agrupamentos negros no Ceará, Ratts (1997), ao abordar a origem da comunidade de Conceição dos Caetano (Tururu/Ce), faz referência à figura de Caetano José da Costa, que, no final do século passado, em 1884, teria passado a residir com um pequeno grupo, dando origem à comunidade. Embora não faça referência à comunidade de Caetanos em Amontada, o autor enfatiza que “os laços de parentesco antigos e atuais estendem o território negro [dos Caetanos] para outras localidades”, citando, por exemplo, Goiabeiras e Lagoa do Ramo, em Aquiraz. Nesse contexto, existe uma versão que indica a possibilidade de Caetano dos Santos e Caetano da Costa serem irmãos e, durante a fuga, como estratégia de segurança, terem se separado. E outra, de serem a mesma pessoa, tendo fundado as duas localidades. Durante visita de representantes da comunidade de Conceição dos Caetano na comunidade de Caetanos de Cima, a relação estabelecida aponta para a existência de laços de parentesco e a versão mais aceita em torno da figura dos Caetanos é a de que eram irmãos.

Outro ponto de cruzamento entre sertão e litoral refere-se à migração de um contingente de pessoas fugindo da seca. Era 1915, ano da famosa seca do quinze, e muitas famílias deixavam os municípios sertanejos em busca de terra e água no litoral. O deslocamento de pessoas do sertão para o litoral, segundo relatos, perdura e se intensifica nas décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2006). Em Caetanos, as famílias que chegaram eram provenientes do sertão de Oiticica, de Mundaú, do Rio Grande do Norte e do interior do próprio município de Amontada.

A chegada de pessoas acelera o processo de ocupação e intensifica os usos e o estabelecimento dos limites de propriedade. A terra livre começa a ter dono. É o início dos anos 1980 e, como em toda a zona costeira cearense, começa, na comunidade, o estabelecimento de tensões em torno da posse da terra. Conforme observa um dos entrevistados:

São muitas as pressões nos últimos trinta anos: Estevão, Expedito, Pirata e seu Hotel, o turismo de massa, a ameaça de implementação dos parques de energia eólica, a destruição das nossas dunas, a privatização da nossa água. E todas elas trazem a especulação da terra. E a especulação é isso: é uma promessa de “desenvolvimento”. Mas o “desenvolvimento” só chega para quem já tem dinheiro, tem o poder de colocar a estrutura que pode na terra que diz que é sua, mesmo sem ser.

Por isso, para a APAP AIS, é tão importante não perder de vista o que diz um dos entrevistados: “mesmo sem a consolidação do assentamento e as dificuldades que isso acarreta, é uma conquista! Sem o assentamento já teríamos sido expulsos daqui”. Nesse sentido, os assentados valorizam o fato de serem um assentamento reconhecido pelo Estado e tomam isso, mesmo que seja um “direito incompleto”, como um argumento na luta pela consolidação do mesmo e pela garantia dos direitos de que deveriam usufruir por essa condição. Assumem lugares de sujeitos frente ao Estado, em especial na relação com o INCRA, com quem lidam mais diretamente, mas, sobretudo, se juntam a outros sujeitos em luta para, em uma ação em rede, confrontarem, de modo mais unificado, as assimetrias de poder em relação ao Estado e ao empresariado, como veremos a seguir.

## **O ambiente**

A comunidade de Caetanos de Cima, em consonância com a paisagem da zona costeira cearense, apresenta duas principais unidades geoambientais: a planície litorânea e os tabuleiros pré-litorâneos (SILVA, 1993; MEIRELES, 2014). Do ponto de vista das feições geomorfológicas, apresenta:

## **Mar litorâneo**

O mar litorâneo de Caetanos de Cima localiza-se a Norte e Nordeste e apresenta deriva litorânea no sentido Noroeste, transportando sedimentos paralelamente à costa.

Destaca-se a presença de arrecifes ou “pedras”, como são nominados pelos moradores. Os arrecifes são constituídos de areia da praia sedimentada pelo carbonato de cálcio, presente em algas calcárias e conchas, cuja profundidade varia de 1 a 2 metros, adentrando no mar e formando uma barreira à ação abrasiva das ondas.

Durante a maré baixa, os arrecifes abrigam pequenas lagoas que atraem variada fauna de peixes, moluscos e crustáceos, uma vez que há grande variedade de algas e estas configuram um ambiente propício à reprodução de muitas espécies marinhas (TEIXEIRA *et al*, 2004).

Em relação aos usos, destacam-se a realização da pesca artesanal, a coleta de algas marinhas e o lazer. Esse último, realizado de forma esporádica por comunitários e moradores da região, tem-se intensificado, nos últimos anos, com a presença de visitantes oriundos de cidades cearenses e demais estados brasileiros, que têm chegado à comunidade por intermédio da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum).

As atividades elencadas são realizadas em pequena escala, com a produção destinada ao consumo familiar e à comercialização no mercado local, apresentando baixo potencial de degradação. No entanto, é preciso considerar e propor medidas preventivas aos riscos potenciais presentes em algumas dessas atividades, a exemplo da extração de algas marinhas sem o devido manejo e o aumento da demanda de usos vinculados à atividade turística.

## **Praia e pós-praia**

A faixa de praia possui declividade suave, predominando sedimentos arenosos. Os processos erosivos acontecem localizados e associados à incidência das ondas e à direção da linha da costa. A pós-praia constitui-se de sedimentos presentes na praia e abriga uma pequena lagoa, que os moradores denominam “corrente”. A lagoa é do tipo intermitente, alimentada pelo lençol freático superficial, e localiza-se próximo de dunas vegetadas. Mantém-se cheia com maior intensidade



durante os meses de chuva, quando faz ligação com o mar. Em épocas de estiagem, esta ligação é rompida.

Do ponto de vista dos usos, apresenta as seguintes estruturas: 05 residências, 02 comércios, 01 pousada, 01 chalé, 01 galpão de pesca. A ocupação da zona de praia se intensificou, nos últimos anos, em virtude da possibilidade de instalação de um grande empreendimento turístico, que ocuparia uma grande área da praia da comunidade, se estendendo até o assentamento Maceió (em Itapipoca). Frente a essa ameaça, os moradores tiraram como estratégia ocupar e estabelecer usos na faixa praial. Considerando a elevada vulnerabilidade que permeia a ocupação da faixa de praia, destaca-se a necessidade de um planejamento dessas ocupações, com a identificação das vulnerabilidades e definição de medidas de gestão que garantam a conservação da qualidade ambiental desse setor (MEIRELES, 2014).

### **Campo de dunas móveis, fixas e eolianitos**

Segundo Meireles (2007, p. 153), “as diversas gerações de dunas estão relacionadas com mudanças climáticas, aporte de sedimentos, ventos e morfologia da linha de costa”.

Em Caetanos de Cima, o campo de dunas móveis ocupa, de forma descontínua, a zona frontal da comunidade e a porção mais interior (em direção ao sertão). Os fluxos de escoamento subterrâneos estão voltados para a planície litorânea, formando lagoas de saturação em sua maioria temporárias. Também existe a presença significativa de eolianitos, denominados pelos moradores “cascudos”.

### **Lagoas**

A comunidade possui relevo propício à formação de lagoas perenes e intermitentes dunares. Destacam-se a Lagoa Mariquinha, muito utilizada pela comunidade como suporte para a criação de pequenos animais (caprinos), e a Lagoa da Sabiaguaba, a maior da região.

## **4.4 As territorialidades resistentes**

Neste ambiente frágil, rico e dinâmico habitam 54 famílias, cerca de 250 habitantes, segundo dados da APAP AIS. A maior parte delas ocupando a área das

dunas fixas e dos tabuleiros litorâneos. A ocupação da beira mar é recente e vem se amplificando nos últimos anos, contando com 10 edificações, sendo 3 delas vinculadas ao comércio, ao turismo comunitário e à compra e venda de peixe; e 7 residências.

Da entrada da comunidade até a beira do mar, seguimos por uma estrada de terra batida. Em um trecho em que a estrada se ramifica, de um lado, temos a Escola. Do outro, o Ponto de Cultura, espaço que abriga importante acervo comunitário<sup>53</sup>, o encontro dos grupos de jovens e em cuja calçada, ao cair da noite, se realizam as reuniões semanais da APAPAIS; e a Igreja Católica, que além dos ritos religiosos, também é lugar de encontro dos grupos comunitários que se organizam a partir da religião e da realização de reuniões, quando necessário<sup>54</sup>.

Esses três equipamentos marcam a vida comunitária, constituindo o núcleo organizativo de Caetanos de Cima. Pegando a ramificação que nos leva à praia, um trecho da estrada, nas épocas de vento mais forte, é atravessado por areias de dunas móveis, compondo uma paisagem na qual se vê uma grande duna emoldurando o mar. Atravessado esse trecho, encontramos com o galpão de pesca, lugar de compra e venda do pescado, de abrigo dos apetrechos de pesca e de muitas conversas entre quem ali transita.

Do mesmo lado, está a barraca das mulheres. Construída pelo grupo de mulheres por volta do ano 2000, constitui uma das primeiras iniciativas de ocupação da faixa de praia, em resposta à tentativa de apropriação da área por um empresário ligado ao setor turístico. Atualmente, recebe o nome de Restaurante das Mulheres e, junto com o galpão de pesca, configura marco expressivo de demarcação da zona de praia como espaço estratégico para a reprodução dos modos de vida

---

<sup>53</sup> Parte do acervo resulta de uma pesquisa coletiva sobre patrimônio, cultura e memória desenvolvida durante o Projeto Historiando Caetanos de Cima. O Historiando constitui uma metodologia participativa, desenvolvida por profissionais das áreas de história e patrimônio para educação histórica e estruturação de espaços de memória que expressem o conhecimento tradicional de povos indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras, entres outros grupos, sobre suas histórias e modos de vida. Em parceria com esses profissionais, as ações do Historiando aconteceram no âmbito do projeto Turismo Comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade, realizado, no período de 2008 a 2010, pelo Instituto Terramar e pela Rede Tucum, com apoio do Ministério do Turismo e da Intervita Onlus.

<sup>54</sup> A religiosidade é uma dimensão muito presente na vida cotidiana da comunidade, que é majoritariamente católica. Em virtude da relação com as CEBs e a igreja mais progressista, há um cuidado de que fé e a vida não se dissociem, ou seja, de que a vivência religiosa fortaleça a leitura das situações de desigualdades e a importância da luta comunitária para superá-las. Embora uma tendência mais conservadora do exercício religioso, que propõe a separação entre fé e organização comunitária, já seja sentida na comunidade.

comunitários. Dialogam, portanto, com os processos de resistência em curso na comunidade, como veremos mais adiante.

Em Caetanos de Cima, a resistência é construída em múltiplas frentes de ação que recobrem a realização das atividades tradicionais, como pesca, agricultura e artesanato; a inserção de novas atividades produtivas, a exemplo do turismo comunitário; a organização comunitária permanente, com foco na formação da juventude; e a articulação com outros sujeitos e/ou organizações em luta na zona costeira cearense e, nas escalas nacional e internacional, por meio de ações em rede. Essa última estratégia, de organizar as lutas a partir de uma dinâmica multiescalonada, configura, na avaliação de Svampa (2016), uma novidade em termos de elaboração das resistências. Segundo a autora:

[...] a maior novidade é a articulação entre [sujeitos] diferentes, que vêm dando lugar a um diálogo de saberes e disciplinas caracterizado pela valorização dos saberes locais e pela elaboração de um saber especialista independente dos discursos dominantes. Isto não é pouco, pois é a partir dessa articulação que diferentes organizações e movimentos têm elaborado diagnósticos comuns que ultrapassam a problemática local e nacional, assim como têm diversificado as estratégias de luta, combinando a mobilização de base e a articulação de redes sociais com a geração e a aplicação de diferentes instrumentos técnicos e legais. (SVAMPA, 2016, p. 146)

Entre estes instrumentos, a comunidade de Caetanos de Cima tem produzido, a partir de distintos apoios, mapeamentos participativos, construção de diagnósticos e dossiês, planejamentos estratégicos, contra-pareceres, notas públicas<sup>55</sup>, acompanhamento dos processos judiciais, elaboração de normas e regimentos para realização de atividades como o turismo comunitário e a ocupação de áreas do Assentamento.

Em relação às redes e movimentos sociais com quem tem dialogado atualmente, destacam-se<sup>56</sup>: a proximidade com a luta do Assentamento Maceió

<sup>55</sup> As notas públicas constituem importante instrumento utilizado para denunciar as violações de direito, ver ANEXO B.

<sup>56</sup> A relação com redes e movimentos responde à dinâmica destes sujeitos, seus fluxos e refluxos. Nesse sentido, em um passado recente, a interlocução também se dava com o Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense (FDZCC), o Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense (FPPLC), a Rede de Educadores e Educadoras do Litoral Cearense (REALCE), a Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará e Nacional (AMP/CE e AMP Nacional), a Rede Manguemar, o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MONAPE) e o Coletivo Internacional de Apoio à Pesca Artesanal (ICSF). Para uma análise da movimentação social na zona costeira cearense, ver: CASTRO, G. (ORG.) **Manguezais x Carcinicultura**: lições aprendidas. Fortaleza: Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense, 2009.

(Itaipoca)<sup>57</sup>, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), o Fórum Cearense de Mulheres (FCM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e a Rede Manglar Internacional.

A confluência destas redes e movimentos é potencializada a partir da relação de parceria com ONGs, Pastorais Sociais, Universidades e Agências de Cooperação<sup>58</sup>. O convívio e a troca com assessorias, missionários/as, advogados/as, pesquisadores/as e outros sujeitos permitem a construção coletiva de conhecimentos, a organização de processos de formação de sujeitos e a própria “formação na luta”<sup>59</sup>; bem como a elaboração de estratégias de enfrentamento dos problemas comuns e de visibilização da lutas<sup>60</sup>; e a conformação de um maior poder de pressão junto ao Estado. Entre estes sujeitos, destacam-se: Instituto Terramar, Coletivo Urucum, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Congregação Irmãs de Notre Dame de Namur, Departamento de Geografia e Programa Residência Agrária, ambos vinculados à Universidade Federal do Ceará.

Neste processo de articulação com distintos sujeitos, em distintas escalas, a comunicação tem um papel estratégico. Caetanos de Cima tem utilizado meios técnicos, como a internet e as redes sociais<sup>61</sup>, para construção de visibilidade e

<sup>57</sup> A relação de solidariedade entre os dois assentamentos se expressa na construção coletiva de ações de resistência e de celebração, a exemplo da realização do Grito dos Excluídos e Excluídas de 2103, ver ANEXO C.

<sup>58</sup> Entre as que tiveram/têm papel importante na colaboração financeira e na visibilidade das lutas, destacam-se: ICCO Cooperation, Intervita Onlus, Amigos da Prainha do Canto Verde, Pão para o Mundo, Sociedade Sueca para Proteção da Natureza (SSPN), Associação Tremembé de Trento, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) e Fundação Socioambiental CASA.

<sup>59</sup> Essa expressão refere-se ao aprendizado que é produzido no interior dos movimentos sociais, cujas ações carregam um caráter educativo, conforme defende Gohn (2011, p. 333), “De pronto, esclareço: para nós, a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes”.

<sup>60</sup> Um exemplo de colaboração entre distintos sujeitos tem sido a elaboração conjunta de notas públicas denunciando os conflitos socioambientais em curso na zona costeira cearense, como a nota pública elaborada durante o grito dos/as excluídos/as da zona costeira, realizado em 2013 na comunidade de Caetanos de Cima. O documento foi assinado por um conjunto de movimentos e comunidades presentes no evento, e amplamente divulgado nos sites de diversos parceiros, ver ANEXO D.

<sup>61</sup> A comunidade possui blog ([caetanosdecima.wordpress.com/](http://caetanosdecima.wordpress.com/)), email

apoios para sua luta e para o turismo comunitário. Ao se apropriarem desses recursos, praticam novas formas de comunicabilidade, a comunicação deixa de ter um sentido restrito ao repasse de informações e passa a ser compreendida como uma forma de construir argumentos e saberes para elaboração de sua própria narrativa e afirmação da luta comunitária. Nesse sentido, fazem uso de um recurso que vem sendo utilizado por muitos sujeitos coletivos, conforme analisa Gohn (2011, p. 335-336):

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.

Outra dimensão importante dessa nova forma de comunicação diz respeito à participação da juventude. Tomando as manifestações culturais, como o teatro, a dança do coco, a música, a capoeira e a batucada, como produtoras de novas linguagens, e sendo estes lugares de ação da juventude, percebemos uma expressiva presença deste sujeito na elaboração destas novas formas de comunicabilidade e resistência que perpassam a organização comunitária em Caetanos de Cima.

Dessa forma, seja na produção de conteúdos para alimentar as redes sociais, seja na organização dos grupos culturais da comunidade, a exemplo do grupo de teatro, do coco, da batucada e da capoeira, seja na participação em grupos como o de audiovisual e o de turismo comunitário, a juventude tem experimentado a condução desses processos como “formação na luta”. Nessa experimentação, que envolve a descoberta dos interesses e capacidades individuais, das tensões geracionais que envolvem o exercício de poder, e das definições de valores e posicionamentos políticos, vai se constituindo a identidade social juventude, junto das demais dimensões que atravessam essa categoria, como classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual.

Tomar posse do que significa compor a juventude da zona costeira cearense, em especial a juventude de um assentamento rural, coloca para o sujeito-juventude um conjunto de questões que têm reverberado a partir de sua inserção nos demais espaços organizativos. Nesse contexto, segundo uma das entrevistadas, tem sido importante integrar espaços onde essa identidade é debatida e considerada, a exemplo do Levante Popular da Juventude<sup>62</sup>, da Pastoral da Juventude<sup>63</sup> e de ações educativas, como a Escola Popular de Turismo Comunitário (EPTC)<sup>64</sup>, que teve como objetivo central a formação da juventude para sua inserção no turismo comunitário. Sobre as formações propiciadas nesses espaços, ela destacou:

Hoje a gente está tendo muitas formações e não se segura mais naquela ideia que o jovem é o futuro, se a gente se segurar nessa, a gente nunca vai ter pertença pelo território, a verdade é essa. A gente diz que é o presente, porque tá lutando junto com as pessoas que já estavam na luta. Hoje a gente tá fazendo parte dessa história, tá sendo protagonista. Não tá assistindo apenas, esperando que os mais velhos entreguem lá no futuro, de mão beijada, a terra para a gente cuidar. A gente considera, então, que a participação nos movimentos desde agora é muito importante para nós.

Os desafios que perpassam o ser jovem na zona costeira cearense são muitos. Tantos quantos a diversidade que marca essa categoria. Mas, entre estes, ganha centralidade o dilema entre ficar na comunidade ou partir para a cidade, conforme aponta uma entrevistada:

Em relação à juventude, o desafio principal das comunidades tradicionais é manter o jovem no território. Alguns ficam deslumbrados pela cidade grande e querem ir. Outros vão pela necessidade mesmo, porque não veem a questão da pesca e da agricultura como trabalho. Açam que trabalho é só aquele dito como emprego, remunerado.

Além do trabalho, a ida para os centros urbanos é motivada, também, pela busca por um maior nível de escolarização. Essa é uma realidade vivenciada pela juventude de Caetanos de Cima que apresenta uma expressiva inserção no ensino superior. Um levantamento realizado por Sousa (2016) evidencia a inserção de 24 jovens no ensino superior, em cursos como Pedagogia, Letras, Administração,

<sup>62</sup> “Organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade”. Para saber mais: [levante.org.br](http://levante.org.br)

<sup>63</sup> Organização de jovens ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Ver: [pj.org.br](http://pj.org.br)

<sup>64</sup> A EPTC foi uma iniciativa organizada pelo Instituto Terramar como “estratégia para refletir sobre a inserção da juventude nas atividades tradicionais e nas lutas comunitárias na zona costeira do Ceará. Comunicação, gestão e comercialização no turismo comunitário, foram os temas que movimentaram os debates na Escola” e culminaram com a realização do I Acampamento da Juventude da Zona Costeira do Ceará. Para saber mais ver: [tucum.org/noticias/escola-popular-de-turismo-comunitario-forma-jovens-da-zona-costeira-do-ceara/](http://tucum.org/noticias/escola-popular-de-turismo-comunitario-forma-jovens-da-zona-costeira-do-ceara/)

Direito, Geografia, Biologia, Matemática, Engenharia, Jornalismo, Teologia e Artes Cênicas. Entre estes jovens, 3 cursaram mais de uma graduação e 5, fizeram especialização.

Essa inserção no ensino superior não resulta de decisões individuais ou aleatórias, mas de uma dimensão da organização comunitária de Caetanos de Cima que privilegia a educação como parte da luta comunitária e como um direito. Nesse contexto, a Escola de Educação Básica Maria Elisbânia dos Santos<sup>65</sup> é um marco dessa luta. Construída em sistema de mutirão, em terreno doado pelo grupo de mulheres, a Escola, inaugurada no ano 2000, responde à reivindicação comunitária, junto à prefeitura de Amontada, de ter uma unidade escolar dentro do Assentamento para que as crianças não tivessem que se deslocar para a sede do município e para garantir uma proposta pedagógica que permitisse a integração comunidade-escola (FERRAZ, 2004).

De forma que a Escola da comunidade - a despeito das dificuldades que enfrentou, entre as quais, as ameaças de fechamento por não atingir, em alguns períodos, o percentual de estudantes exigido pela Secretaria de Educação – é uma referência na região em relação ao seu Projeto Político Pedagógico. Ao articular os conteúdos trabalhados no cotidiano escolar com a realidade do Assentamento, sua história de luta, sua cultura, suas belezas, seus desafios e, sobretudo, com a afirmação dos povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direito, a Escola instituiu um processo de formação que tem “a vida como foco da aprendizagem”<sup>66</sup> (FERRAZ, 2004).

Dessa forma, o papel da Escola na formação crítica da juventude é um dos indicadores que explicam o número expressivo de jovens ingressando no ensino superior. Outro indicador pode ser atribuído ao Ponto de Cultura<sup>67</sup> e toda movimentação proporcionada em torno do resgate e afirmação cultural em Caetanos

---

<sup>65</sup> O nome da Escola é uma homenagem à Maria Elisbânia Santos que, durante aproximadamente 12 anos e de forma voluntária, realizou na comunidade um trabalho de alfabetização das crianças, fazendo uso dos livros com os quais fora alfabetizada em casa (SILVA, 2006).

<sup>66</sup> Para uma abordagem sobre o Projeto Político Pedagógico e a importância da educação ambiental na mediação escola-comunidade em Caetanos de Cima, ver: FERRAZ, M. L. C. P. **Educação ambiental contínua: a vida como foco da aprendizagem**, o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos, comunidade de Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba – Amontada/CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2004.

<sup>67</sup> Previsto no Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010), Pontos de Cultura constituem “entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura”, a partir dos quais se apoia o desenvolvimento de ações afirmativas e de valorização cultural em “comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis”. Ver: [cultura.gov.br/pontos-de-cultura1](http://cultura.gov.br/pontos-de-cultura1)

de Cima. Inaugurado em 2005<sup>68</sup>, sob a insígnia “abrindo velas, pescando culturas”, o Ponto de Cultura de Caetanos de Cima colaborou com o fortalecimento da proposta pedagógica da Escola e com o envolvimento da juventude na realização de ações educativas e culturais.

Em síntese, existe um direcionamento para que a juventude acesse diferentes níveis de escolarização, mesmo que isso dependa do deslocamento para outras localidades. Mas, esse incentivo é feito em consonância com o debate sobre a importância da formação e qualificação individual articulada ao fortalecimento do coletivo. Em outras palavras, sobre o sentido da formação e da produção de conhecimentos como estratégias de fortalecimento da luta. Do ir e do voltar. Do ir em diálogo com as necessidades do Assentamento. Isso porque, segundo uma informante:

A gente percebe que se a juventude que está hoje aqui, ajudando nessa luta, se dispersar toda para a cidade vai haver uma quebra muito grande, porque as pessoas que já estavam na luta estão ficando mais idosas, e aí quem vai continuar?

A indagação acima mostra a preocupação com a continuidade da luta, que está intrinsecamente ligada aos modos de transmissão geracional, e que, como já apontado em uma fala, não pode ser pensada como algo que ocorrerá em um tempo futuro, “com a geração mais velha passando a faixa para a geração mais jovem”; mas como uma ação do tempo presente, no qual o sentido da luta seja revisitado à luz de um diálogo intergeracional efetivo, no qual os encontros sejam celebrados e as contradições constituam matéria para reflexão e atualização de acordos coletivos. Nesse caminho, de exercício político coletivo, guiado por uma ética democrática que lida com as diferenças, é possível<sup>69</sup>:

[...] pensar e agir a partir de uma lógica em que a formação e legitimação de lideranças, bem como os modos de transmissão geracional, sejam processos/possibilidades de criação de novos lugares e espaços, onde todas[os] possamos ser sujeitos da nossa vida e do nosso movimento (GOUVEIA, 2001, p. 279).

<sup>68</sup> Ver: [diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/comunidade-inaugura-projeto-abrindo-velas-pescando-culturas-1.151084](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/comunidade-inaugura-projeto-abrindo-velas-pescando-culturas-1.151084)

<sup>69</sup> Essa abordagem não se coloca como uma resposta sobre a complexa discussão que envolve a juventude do campo, objeto de análise de uma diversidade de autores/as e campos de saber, mas como um esforço de sistematização de algumas questões que perpassam o tratamento do tema em Caetanos de Cima.



Esse exercício perpassa a organização comunitária em Caetanos de Cima e se expressa na pluralidade de formas organizativas que compõem o tecido político da comunidade, e a partir da qual a política, nos termos de Arendt (2012), é gestada. Posto que “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens [e mulheres] se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 2012, p. 21-22).

No caso de Caetanos de Cima, esse “caos absoluto” pode, metaforicamente, ser tomado como a negação de direitos e as ameaças de perda da terra e do território, imprimindo uma ambiência de instabilidade constante ao cotidiano da comunidade. Contra este caos, como já relatado anteriormente, homens e mulheres se organizaram e instituíram a APAPAIS como forma organizativa que congregaria àqueles e àquelas dispostos/as a enfrentar este estado de caos.

Nesse contexto, em Caetanos de Cima, a identidade social e política remete às principais atividades produtivas realizadas na comunidade: a agricultura e a pesca, conforme fica expresso no nome da Associação, denominada Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba (APAPAIS).

Ao se definirem como agricultores/as e pescadores/as, esses sujeitos sociais demarcam a centralidade do binômio terra-mar para realização destas atividades e para a construção de suas territorialidades. No entanto, o cotidiano e as lutas, e o próprio exercício da política como encontro de diferenças, fazem emergir outras identidades e, por conseguinte, outras necessidades. Na avaliação de Scherer-Warren (2011, p. 70), a busca por suprir essas carências tem levado “os mesmos sujeitos a se constituir frequentemente em torno de uma pluralidade de identidades que, apesar de diversas, podem apresentar convergências”.

Assim, a história organizativa de Caetanos de Cima, a partir da APAPAIS, é, também, a história do grupo de mulheres<sup>70</sup> e da juventude em suas múltiplas

---

<sup>70</sup> A organização política das mulheres de Caetanos de Cima teve início nos anos 1970, em paralelo ao movimento de luta pela reforma agrária. O debate sobre as opressões de classe realizado a partir das CEBs e o acompanhamento realizado pelas irmãs Maria Alice e Bete, da Congregação Irmãs de Notre Dame, que a partir do “encontro das esposas” possibilitaram o encontro de mulheres para tratar do “assunto mulher” colaboraram com o despertar para as opressões de gênero, identificadas na privação das mulheres à esfera privada, que dificultava sua participação nos movimentos e na garantia de direitos. Um exemplo dessa desigualdade era o impedimento, na época da consolidação do Assentamento Sabiaguaba, das mulheres terem a titularidade da terra em seu nome, conforme relatado por Sousa (2010, p. 02), “apesar de muita luta, as mulheres ficaram de fora dos direitos

formas de ser sujeito: como ponto de cultura, como grupo de teatro, como grupo de audiovisual, como levante popular da juventude, entre outras. Como imagem, é como se a APAPAIS fosse muitas, mas “nem por isso este sujeito apresenta-se como um indivíduo fragmentado. No plano individual [cada grupo que a compõe], é capaz de articular, numa única identidade, as diversas carências” (Scherer-Warren, 2011, p. 70). Nas conversas com pessoas que integram o grupo de mulheres e da juventude, a dimensão da luta pela terra e pelo território se engendra nas suas demandas por reconhecimento como sujeitos de direitos, demonstrando a articulação entre as pautas de luta. As pessoas que falaram em nome da APAPAIS reconhecem a relevância da ação das mulheres e da juventude para o conjunto de conquistas da comunidade, não fazendo distinção destes grupos da Associação, pelo contrário, os descrevem como partes de um mosaico de lutas que conformam a APAPAIS.

Existe, portanto, o reconhecimento da importância da auto-organização de distintos sujeitos e de um diálogo entre a multiplicidade de pautas de lutas, “todavia, no plano grupal, esta articulação das diversas carências não se apresenta com a mesma simplicidade” (Scherer-Warren, 2011, p. 70). Isso porque, embora no plano do discurso reconheçamos as disparidades de poder que nos atravessam mesmo pertencendo a um mesmo grupo social, no cotidiano, ainda persiste o desafio de superar a clássica hierarquia entre pautas gerais e pautas específicas; entre pautas dos adultos e pautas dos jovens; e a histórica dicotomia público-privado. Por isso, a pluralidade é atravessada por linhas de tensões, que não devem, no entanto, ser tomadas em uma perspectiva negativa, mas como possibilidade de explicitação de diferenças e assimetrias de poder que precisam ser tratadas pelo coletivo, com vistas ao fortalecimento de sua sociabilidade política.

Enfim, só os processos políticos, compreendidos aqui como disputa de significados, elaboração de discursos dos quais decorrem novas práticas e acordos, podem oferecer alguma segurança sobre o sentido das mudanças. A ideia de constituição e fortalecimento de um espaço público de debate

---

quando a terra foi garantida. Mulher não tinha direito ao título da terra, os projetos eram dos assentados/esposos. [A mulher] não podia nem mesmo assiná-los, na ausência do marido”. Nesse contexto de negação de direitos e de invisibilização, as mulheres compreenderam que só em grupo, organizadas, constituídas enquanto sujeito político poderiam construir autonomia e a democratização da vida cotidiana. E assim, seguem em luta pela terra, pela igualdade e pela liberdade. Um indicador relevante da ação política das mulheres é a presença quantitativa e qualificada de mulheres jovens nos espaços de organização política da comunidade, onde são maioria; e de educação superior, do contingente de 24 jovens cursando graduação, 14 são mulheres.

torna-se, então, estratégica, assim como a presença e participação política das mulheres [e da juventude](CAMURÇA, 2001, P. 174-175).

Retomando as frentes de ação desenvolvidas em Caetanos de Cima, destaca-se a gestão comunitária de projetos que potencializam a diversificação das atividades produtivas e culturais da comunidade e ampliam as possibilidades organizativas. Na definição dessas iniciativas e de seus possíveis apoiadores, a APAP AIS utiliza como critério a capacidade de essas ações dialogarem com demandas já identificadas nas análises de conjuntura e nos planejamentos realizados pelo grupo e, sobretudo, com a questão central da luta, que é a garantia do direito à terra e ao território. Nesse contexto, destaca-se a gestão de projetos como:

- Ponto de Cultura: como dito anteriormente, promoveu uma revigoração do tecido cultural da comunidade a partir do envolvimento da juventude, por exemplo, na rearticulação da tradicional dança do coco de praia<sup>71</sup>, com a constituição do Grupo Raízes do Coco, e na elaboração de outras manifestações, como a Banda Brilho do Mar, o Grupo de Teatro Frutos da Arte, o Terreiro Cultural<sup>72</sup> e o Grupo de Áudio Visual de Caetanos de Cima (GAVC<sup>2</sup>), que vem realizando o registro de acontecimentos importantes da história da comunidade e de tradições, como os rezos, os dramas e os pastoris.
- Fundo Rotativo: constitui uma estratégia comunitária de mobilização de recursos para apoiar as atividades produtivas. Os repasses destinam-se tanto a empreendimentos comunitários gestados pela APAP AIS como para famílias. O acesso aos recursos financeiros do fundo se dá mediante apresentação de solicitação, por escrito, que será avaliada em reunião da

---

<sup>71</sup> “Essa é uma das tradições mais antigas da comunidade que com o tempo foi se acabando; deixando de existir por muitos anos. Mas a chegada do Ponto de Cultura em Caetanos de Cima impulsionou uma retomada desta tradição. No dia 23 de novembro de 2005 um grupo decidiu retomar a dança do coco com os mestres de nossa cultura: Chico Quirino, Dona Tereza, Antonio Bonifácio, Francisco Holanda (Ratinho), Chico Augusto, Pedro Conceição. Hoje dançam todos, crianças, meninos e meninas, mulheres e adultos, e podemos considerá-lo como uma manifestação mais pura da nossa arte popular” (GOMES e VIEIRA NETO, 2010, p.18).

<sup>72</sup> Realizado desde 2014, o terreiro cultural acontece durante os festejos de São Pedro, em junho, e congrega o conjunto de manifestações culturais da comunidade. De acordo com uma entrevistada, o Terreiro resulta de um trabalho de pesquisa-ação realizado durante sua Especialização em Arte, Cultura Popular e Educação do Campo (PRONERA/INCRA), que possibilitou o encontro com boa parte da juventude que tinha sido formada no Ponto de Cultura. Em torno de uma “reflexão sobre memória de forma viva, não estática, o terreiro, que era uma ação pensada no meu projeto, tomou forma, fluiu, caiu nas mãos da juventude e vem se consolidando como uma ação da comunidade”.

Associação. Em caso de aprovação, o/a solicitante e a APAP AIS firmam um contrato, no qual constará o plano de devolução dos recursos solicitados. Existem dois fundos constituídos, o Ciranda Produtiva, implementado em 2008 com apoio financeiro da Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde, destinado à melhoria da produção das famílias, e o Fundo de Desenvolvimento Solidário<sup>73</sup>, apoiado pela Intervita Onlus, que apoia a melhoria da infraestrutura de turismo comunitário na comunidade. Segundo um representante da APAP AIS, mesmo com a finalização dos projetos que apoiaram a constituição dos dois fundos, os mesmos permanecem em pleno funcionamento, evidenciando a consolidação da metodologia de devolução dos recursos pelas famílias. Ao longo desses anos, o Ciranda Produtiva já foi acessado por cerca de 80 famílias, que aplicaram os recursos na melhoria da agricultura, da pesca e dos quintais produtivos, adquirindo apetrechos, insumos, entre outros. E o Fundo de Desenvolvimento Solidário colaborou com a melhoria de infraestrutura de turismo comunitário de uma média de 10 famílias.

- Fábrica de Tijolo: iniciativa que tinha como objetivo constituir uma fábrica comunitária de tijolo ecológico, produzido a partir de tecnologia simples, que se baseia na mistura de solo, cimento e água. Essa tecnologia tem como principal característica a cura dos tijolos com água, evitando a derrubada e queima de árvores. Além disso, o tijolo ecológico apresenta uma resistência três vezes maior que a dos tijolos queimados em olaria. Com a fábrica, esperava-se produzir matéria-prima básica para a melhoria das casas da comunidade, gerar uma possibilidade de renda e trabalho para a juventude e desenvolver uma tecnologia de construção de baixo impacto ambiental. A fábrica não se consolidou, mas a tecnologia de produção do tijolo ecológico foi adaptada às condições socioambientais da comunidade e a produção de tijolos resultante da experiência foi utilizada na melhoria da infraestrutura de casas, equipamentos do turismo comunitário, entre outros. A comunidade possui a máquina e o domínio da

---

<sup>73</sup> O Fundo de Desenvolvimento Solidário Integra o quadro de ações previstas no Projeto Turismo Comunitário: Reconstruindo Horizontes, realizado pelo Instituto Terramar no período de 2008 a 2010 com apoio da Intervita Onlus.

tecnologia e mantém a retomada da produção de tijolo como uma possibilidade de médio prazo.

- Casa de Farinha: construída, entre os anos de 2015 a 2016, com aportes do projeto Fortalecimento de comunidades na busca pela sustentabilidade – ciranda produtiva<sup>74</sup>, contou com sistema de mutirão para sua construção, conforme nos informou um dos entrevistados, e constitui um espaço para as famílias plantarem/beneficiarem a mandioca, produzindo a goma e a farinha para o autoconsumo e a comercialização nas comunidades vizinhas.

Esses projetos não são ações estanques e se encontram na estratégia maior de garantia da terra e do território, colaborando com a constituição das territorialidades resistentes abordadas na sequência.

A comunidade de Caetanos é um território complexo, constituído de territorialidades que se articulam, sem que suas singularidades se percam. Novamente fazendo alusão à metáfora do mosaico, no território total, cada territorialidade carrega sua força, sua cor, seu sentido, seu tempo e sua simbologia. Em síntese, cada territorialidade expressa uma delicada relação entre práticas materiais e simbólicas.

Mas, como vimos ao longo desse trabalho, estas territorialidades acontecem em espaços cada vez mais pressionados, transformados e privatizados pela lógica capitalista. Acontecem em espaços onde o Estado neoliberal, em articulação com corporações financeiras transnacionais<sup>75</sup>, diz não à existência de povos e comunidades tradicionais. Como existem, então? No movimento de oposição a essa lógica de apropriação capitalista dos territórios, a partir do qual constroem sentidos, pertencimentos e forças, a partir da concretude da vida, e assumem a luta como um “ato de vontade” de permanecer em seus territórios.

Se os projetos econômicos em curso na zona costeira pressionam pela retirada de grupos e suas atividades tradicionais, a comunidade de Caetanos de Cima, junto a outras comunidades em luta, compreende que, para permanecer, é

<sup>74</sup> O projeto foi desenvolvido com o apoio financeiro do Fundo Socioambiental casa investindo em cuidar e Fundo socioambiental caixa e apoio institucional do Instituto Terramar e da Rede Tucum.

<sup>75</sup> Sobre essa articulação Harvey (2004, p. 130) argumenta: “Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles”.

preciso afirmar seus lugares e modos de fazer como estratégia de não permitir acesso a tais projetos. Acionam, assim, a territorialidade como forma de normatizar acessos, conforme analisa Sack (2013):

A territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados. E a territorialidade pode ter implicações normativas também. Deixar lugares de lado e aplicar níveis de acesso significa que indivíduos e grupos têm removido algumas atividades e pessoas de lugares e incluído em outros. Isto é, eles têm estabelecido diferentes níveis de acesso a coisas (SACK, 2013, p. 87).

Dessa forma, as territorialidades construídas são, a um só tempo, uma expressão dos modos de apropriação espacial da comunidade e uma elaboração sobre a importância dessas territorialidades como materialidade da resistência a expansão de atividades econômicas que ameaçam os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Por isso, falamos em territorialidades resistentes, no sentido que estas persistem em se afirmar em contextos violentos de expropriação de terras de uso comum; e por expressarem as complexas relações de poder imbuídas nas apropriações espaciais e territoriais, nos termos colocados por Sack (2013):

[...] a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações humanas não são neutras. Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (SACK, 2013, p. 87-88).

Nessa perspectiva, passamos a descrever as principais atividades realizadas em Caetanos de Cima, a partir das quais a comunidade tem reconfigurado os usos do território e instituído territorialidades resistentes que afirmam o modo sustentável como lidam com a gestão dos recursos de uso comum:

Ocupação da faixa de praia: uma estratégia comum dos especuladores imobiliários é demarcar as terras que dizem ser suas com cercas, coqueiros, propriedades, vigilância, cuja marca, geralmente, é a de uma ocupação formal e burocrática. Se assim o fazem, a comunidade de Caetanos de Cima, a partir de discussões sobre como garantir o território da praia, no qual realizam distintos usos,

também tomou a ocupação da zona de praia como estratégia de defesa da terra e do território.

Mas, ao contrário de uma ocupação formal, vem conformando territorialidades que expressam os modos de vida comunitários. Equipamentos, como o galpão de pesca, o restaurante das mulheres, uma das pousadas comunitárias e casas de moradores e moradoras; e práticas como a pesca artesanal, a coleta de algas, o banho de mar, os festejos, como a festa de São Pedro, a Dança do Coco, o Terreiro Cultural, e a chegada do ano novo, dão vida e sentido ao território, redefinindo as relações de poder que perpassam os processos de delimitação de determinadas áreas.

Ocupar a zona de praia tem sido um modo de confrontar as “posses” anunciadas sem base legal, caso do que era defendido pelo Sr. Júlio Trindade (“o pirata”). Aqui, a ação articulada com o Assentamento Maceió, que resistia ao mesmo empresário e à sua proposta de construção do empreendimento turístico “Praia do Pirata”, colaborou com o fortalecimento da luta e com o enfrentamento das assimetrias de poder que perpassavam a relação das duas comunidades com o empresário e o Estado. No Assentamento Maceió, um marco da ocupação da zona de praia é o Cultivo de Algas Marinhas e o Acampamento Nossa Terra.

Agricultura e Pesca artesanal: a agricultura e a pesca configuram importantes atividades produtivas, que, além da geração de renda, organizam um sistema simbólico e cultural de apropriação e gestão ambiental da terra e do mar. Em relação à agricultura, aproximadamente 38 famílias cultivam, na comunidade, produtos como: maracujá, cajú, manga, banana, limão, milho, feijão, mandioca, batata doce, acerola, siriguela, coco, batata, murici, cana, verduras, temperos e plantas medicinais.

Quanto à realização da pesca, cerca de 20 pescadores estão envolvidos com a atividade, que garante a comercialização de parte da produção no mercado local e outra, para o autoconsumo, conforme um dos entrevistados:

Quando você chega com o peixe hoje, você não sai mais da praia com peixe não, só aquele que você separa para sua alimentação; é gente da comunidade, porque tem muito consumo de peixe na nossa alimentação e aumentou com o turismo comunitário; é atravessador de moto das Flecheiras, da Lagoinha e do Mundaú para comprar. No máximo, a gente pesca em um dia e dois ou três dias depois 'tá vendendo tudo.

As atividades de coleta de algas e da pesca de polvo, realizadas nos recifes costeiros, contam com a participação de 6 famílias. Após coleta e secagem simples, as algas são vendidas para atravessadores externos. O polvo é uma espécie muito presente na culinária local, sendo consumido pelas famílias e de fácil comercialização no mercado local. Em relação às demais espécies capturadas e sua destinação, Rodrigues e Gamarra-Rojas (2016, p. 11) informam:

As espécies capturadas, como cavala, serra, ariacó, dentão, pirá, biquara e camurupim são de origem do mar territorial e, em sua maioria, são comercializadas, além de serem consumidas pela comunidade. Espécies como o peixe batato (bodião), por exemplo, pode não ter valor comercial, mas garante a alimentação de centenas de pessoas da região, por existirem em grandes cardumes e estarem em uma zona de fácil captura, junto aos recifes costeiros. É ainda nessa área que a comunidade captura caranguejos, camarões e polvo, que também cumprem um papel importante tanto na segurança como na soberania alimentar. Nas lagoas do assentamento, estão os pescados que não são colocados à venda, como o cará e a traíra, comuns na região, são exclusivamente para alimentação das famílias.

De acordo com dados da APAP AIS, 25 famílias, cerca de 50% do total de famílias da comunidade, conjugam agricultura e pesca de forma sistemática. A articulação entre essas duas atividades é fundamental para construção de múltiplos usos do território e para a soberania alimentar da comunidade, conforme analisa um agricultor-pescador:

Ter a possibilidade de realizar a agricultura e a pesca ajuda nos tempos em que uma das duas atividades fracassa. Por exemplo, agora tá uma época de vento forte, uma ventania danada, ruim de ir pro mar, de pegar peixe. Como a agricultura 'tá boa, tem produção no meu quintal, uma verdura, uma fruta, uma galinha, não me obrigo a ir pro mar desse jeito; mas já teve época em que a agricultura tava em baixa, sem dar nada, que me obrigava a entrar no mar no meio de vento e chuva para pescar qualquer coisa para comer. Ter como realizar as duas atividades é uma segurança para nós de que não vai faltar o alimento.

Nesse contexto, o sistema produtivo que combina agricultura e pesca produz o alimento que circula na comunidade. As relações de sociabilidade são marcadas pela reciprocidade, mesmo na ausência de abundância de peixes e espécies cultivadas que marcaram o tempo passado e na predominância de uma cultura mercantil, persistem práticas de troca entre a produção e mesmo a doação de produtos para famílias que estão impossibilitadas de trabalhar.

A realização da agricultura e da pesca, em conjunto, produz, também, um conhecimento tradicional complexo sobre o mundo no tempo passado, no tempo presente e na projeção do futuro. Um conhecimento sobre ciclos produtivos, ciclos



da natureza, das espécies que se plantam e se pescam e também sobre os ciclos das pessoas que chegam e vão. Sobre a importância da agricultura e da pesca, disse um dos entrevistados:

Nós precisa (sic) dos dois. É uma tradição de muito tempo, tradição dos índios, de conjugar. Por aí tem especialização pra tudo, é dr. disso, dr. daquilo. Nós aqui vamos para o mar, volta para trabalhar na terra, faz reunião, fala com gente de dentro e de fora, defende nossa terra, nosso território, faz tudo...

Quintais produtivos de base agroecológica: o cultivo nos quintais, ou em áreas próximas à casa, faz parte da história de povos e comunidades tradicionais, sendo uma prática presente em todas as casas de Caetanos de Cima. No entanto, o que era uma atividade realizada de forma espontânea, sobretudo pelas mulheres, vem sendo reconfigurada.

Recentemente, a comunidade tem realizado, com apoio de um projeto de incentivo<sup>76</sup>, a melhoria dos quintais produtivos, com plantações de hortaliças e frutas, que começam a gerar uma renda extra para as famílias, bem como, a promover a diversificação com relação à disponibilidade dos alimentos necessários à boa nutrição das famílias.

A valorização da produção realizada nos quintais, expressa, também, o acúmulo da comunidade sobre temas, como agroecologia e economia solidária, que estão sendo discutidos a partir de ações educativas e articulações com parceiros.

Nesse contexto, são questões que perpassam os debates envolvendo quintais produtivos, agroecologia e economia solidária: a preocupação com o consumo de alimentos que sejam livres de agrotóxicos, a defesa da segurança e soberania alimentar, a compreensão da autonomia sobre o que produzir/consumir e onde produzir, como dimensões da garantia e gestão da terra e do território; a afirmação do trabalho das mulheres nas atividades produtivas, a luta pela divisão justa do trabalho doméstico; e a construção de preços justos e mercados solidários, conforme fica expresso na fala de uma entrevistada:

Os quintais são muito importantes para nossa soberania alimentar e a melhoria da nossa qualidade de vida. Faz três anos que não compro verdura para o consumo. Comemos o que plantamos. Sem veneno. Isso é muito bom. Pode faltar o dinheiro, mas não falta o alimento.

---

<sup>76</sup> Programa Quintais Produtivos, desenvolvido desde 2011 pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo do Estado do Ceará.

A articulação dos quintais produtivos com o desenvolvimento do turismo comunitário tem sido outra estratégia desenvolvida pela comunidade. Existe um esforço para que a comida oferecida seja preparada com os produtos da agricultura e da pesca artesanal e dos quintais produtivos. Como observa uma entrevistada:

Ao preparar a comida com os produtos da nossa terra, do nosso mar e nosso quintal, temos mais responsabilidade e segurança com o que estamos oferecendo. Fortalecemos nossa produção e podemos aumentar a diversidade do que produzimos. Quando falta algo no meu quintal, ou preciso de algo que não produzo, compro do quintal que tem, ou troco, vamos nos fortalecendo.

Os quintais, também, compõem os roteiros das trilhas ecológicas do turismo comunitário, que contemplam a visita aos sistemas produtivos da comunidade.

Casa de Farinha: outra iniciativa produtiva é a casa de farinha, que possibilita o beneficiamento da mandioca, agregando valor à produção. Segundo um entrevistado:

Ter uma casa de farinha sempre foi uma necessidade, esse projeto já era solicitado. Com a casa de farinha, a comunidade vai ter mais autonomia, vai ter mais produtos produzidos na própria comunidade.

Assim como a pesca e agricultura, a produção de farinha também organiza um sistema simbólico e cultural. As farinhadas, como são chamados os tempos de preparo e beneficiamento da mandioca, são uma tradição das comunidades tradicionais costeiras. É um tempo de muito trabalho, mas também de muita festa e solidariedade. É comum, por exemplo, que o pagamento seja feito em forma de produção, como informa um dos entrevistados:

Precisa de muita gente, é um trabalho cansativo. Vira dia e noite raspando a mandioca, colocando na prensa, torrando a farinha, é um processo longo. Mas todo mundo come dessa farinhada. O produto final é muito valioso, farinha de boa qualidade, nem sempre podemos pagar em dinheiro, mas pagamos com a farinha.

O cuidado da comunidade com a origem e a forma de produção dos alimentos também é feito em relação aos derivados da mandioca. A tapioca, bastante presente no cardápio das famílias e no dos equipamentos do turismo comunitário, é feita com a goma da mandioca, e agora vai poder ser produzida com matéria-prima de boa procedência, pois “a casa de farinha está permitindo nosso

controle sobre a produção da goma e da farinha, a gente vai saber o que está comendo, que não foi colocado nenhum produto químico”, diz um dos entrevistados.

Turismo comunitário: assim como as demais atividades produtivas e/ou projetos desenvolvidos em Caetanos de Cima, o turismo comunitário é compreendido como uma estratégia para diversificação das atividades econômicas e para garantia da terra e do território, como expressa a fala de uma das entrevistadas:

Uma das estratégias que a gente utiliza é a importância do turismo não vir só pelo financeiro. Então começou a discussão a cerca do turismo comunitário justamente nessa discussão também da luta pela terra, porque você garantir o seu território, com as pessoas que estão nele, com os nativos gerenciando seu próprio turismo, isso impede que estrangeiros, pessoas que vêm lá fora tomem a posse de nossa terra. Então entra aí a importância do turismo comunitário também ser uma resistência na luta pela terra.

Nesse sentido, o turismo comunitário se coloca como uma possibilidade de inserção da comunidade na atividade turística de forma autônoma, organizada, pautada em princípios da socioeconomia solidária que garantam a terra, o território e a autodeterminação de povos e comunidades tradicionais; e a conservação e controle dos bens ambientais de uso comum.

Essa elaboração do turismo comunitário se dá em articulação com a Rede Tucum<sup>77</sup>, da qual a comunidade faz parte, a partir da crítica ao modelo convencional de turismo, na qual predomina uma mercantilização do ambiente natural, das pessoas e das culturas, a expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios e uma concentração de renda nas mãos de empresários, majoritariamente, externos à comunidade. Realidade observada em muitas comunidades ao longo da zona costeira e cujos riscos se fazem sentir em Caetanos, como reflete, uma das entrevistadas:

A gente vê que hoje ali em Caetanos de Baixo chegou um estrangeiro e já fez pousadas, chalé, tudo lá e a gente vê que muitos nativos de lá aplaudem, acham bonito, dizem que é um novo ponto turístico; mas a gente não considera aquilo bonito, porque uma terra onde são os estrangeiros e outras pessoas que vem de fora que tomam conta não tem uma identidade e perde totalmente a noção de comunitário. Então a importância do turismo comunitário nessa questão da terra é isso, que a gente mesmo, os nativos,

---

<sup>77</sup> Para uma abordagem sobre o início dos debates e o desenvolvimento do turismo comunitário em Caetanos de Cima, ver: LIMA, V. L. O. **Desenvolvimento para a vida: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba – Amontada/Ce**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

possamos (sic) gerenciar a forma de conduzir o turismo. Um turismo diferente, a gente não quer qualquer turismo.

Atualmente, a comunidade possui 9 estruturas de hospedagem e/ou alimentação e várias iniciativas de serviços que se relacionam com a atividade turística (passeios de charrete, guiamento de trilhas socioambientais, passeios de jangada ou bote, refeições, artesanato, apresentações artísticas).

Construindo um diálogo voltado para a construção de solidariedade do/da visitante com a história de luta da comunidade, aos poucos o turismo comunitário vem se estruturando e se somando às outras iniciativas locais que, de forma articulada, constroem sinergia na luta pelo direito à terra e ao território e a uma vida digna para a comunidade de Caetanos de Cima.

Entre a terra e o mar, a comunidade vem afirmando seus sistemas tradicionais de produção e a relação que estabelecem com os bens ambientais de uso comum, ao tempo em que exercitam, frente aos desafios e demandas do presente, outras formas de produzir e se relacionar com o ambiente.

Nesse percurso, uma sabedoria tem sido aquela sobre a qual nos falou um pescador-agricultor: conjugar, como fazem os povos indígenas, dos quais descendem. Frente à imposição das monoculturas produtivas propostas por muitos projetos de desenvolvimento em curso na zona costeira cearense – a exemplo do turismo convencional, da carcinicultura, dos parques de energia eólica, para citar os mais expressivos – Caetanos de Cima tem respondido com a diversificação das atividades produtivas, articulando sistemas tradicionais a sistemas modernos sem hierarquizá-los, mas buscando pontes, complementariedades e, principalmente, evitando especializações que colocariam em risco a elaboração do conhecimento tradicional complexo que a comunidade elabora e que permite que sejam sujeitos de suas vidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais em curso na Zona Costeira cearense têm origem nas distintas formas de uso e ocupação do espaço. Expressam o antagonismo entre as formas comunais de acesso a estes espaços e as formas movimentadas pela lógica capitalista. Em sua materialidade, estes conflitos permitem perceber as assimetrias de poder presentes nas formas como diferentes sujeitos sociais apropriam-se e fazem uso do espaço.

Mas, se de um lado, os conflitos produzem desigualdades socioambientais que colocam em risco a existência de sistemas tradicionais de acesso aos recursos territorializados, de outro, fazem emergir processos de contestação, a partir da elaboração de distintas estratégias de resistência pelos povos e comunidades tradicionais em busca da garantia e afirmação de seus modos de vida.

Tem sido nesse movimento de reorganização e recriação de seus modos de vida, configurado nas lutas sociais, que as comunidades tradicionais costeiras têm garantido seu direito de permanecer nos territórios. Várias são as lutas por terra e por território em curso na Zona Costeira cearense, a partir das quais é possível visualizar as territorialidades que interrogam a hegemonia da lógica de ocupação capitalista dos espaços e a construção de argumentos e saberes que conformam uma narrativa própria, que as comunidades elaboram sobre si e seus modos de vida.

Em oposição à apropriação capitalista do espaço, que tem como marcas a privatização de espaços comuns, a expulsão de comunidades, a degradação ambiental, entre outros, cada luta social organiza estratégias e ações que expressam o conhecimento tradicional sobre o espaço vivido. É com base neste conhecimento que elas mapeiam as potencialidades e os limites presentes no território.

Nessa perspectiva, as resistências realizadas pelas comunidades costeiras articulam ações que potencializam as atividades econômicas tradicionais, incorporam novas possibilidades de geração de renda, colaboram com o fortalecimento da organização comunitária e com a conservação dos recursos naturais de uso comum, e constroem solidariedades a partir da ação em rede.

O que permite afirmar que - diferente do Estado e da iniciativa privada, promotores dos monocultivos como resposta à necessidade de “desenvolvimento” - as comunidades costeiras organizam seus modos de vida de maneira a integrar as múltiplas atividades, articulando sistemas tradicionais a sistemas modernos sem hierarquizá-los, mas buscando pontes, complementariedades e, principalmente, evitando especializações que colocariam em risco a elaboração do conhecimento tradicional complexo que elaboram e os permitem ser sujeitos de suas vidas.

Em Caetanos de Cima, a resistência tem sido construída em múltiplas frentes de ação, que recobrem a realização das atividades tradicionais, como pesca, agricultura e artesanato; e a inserção de novas atividades produtivas, como o turismo comunitário. As resistências afirmam usos históricos e instituem novos. E, nesse movimento dialético, vão conformando territorialidades resistentes, que persistem em se afirmar em contextos violentos de expropriação de terras de uso comum, e expressam as complexas relações de poder imbuídas nas apropriações espaciais e territoriais.

Assim, enquanto não se “ganha” a luta pela terra compreendida como o acesso ao documento legal entregue pelo Estado, as comunidades vão ganhando, a partir de suas territorialidades resistentes, a visibilidade e o reconhecimento como sujeitos de direito e a capacidade de autogestão comunitária do seu território.

Como anuncia a epígrafe que abre a introdução desse trabalho, a despeito de todos os eventos contrários, das violações de direito e do avanço do capital, “vão segurando a terra” e o território como um assumir coletivo.

## REFERÊNCIAS

- ACSELARD, H. Mapeamentos, Identidades e Territórios. In: ACSELARD, H (org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2010.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALENCAR, F. A. G. de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no ceará. In: SAUER, S.; PPEREIRA, J. M. M. (Orgs). **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. de **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- AQUASIS. **A Zona Costeira do Ceará**: Diagnóstico para a Gestão Integrada. Fortaleza: AQUASIS, 2003.
- ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BAYLISS-SMITH, T.; OWENS, S. O desafio ambiental. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs). **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- BEAUD, S. e WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- BRAND, U. Estado e políticas públicas: sobre processos de transformação. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Decreto N° 6040, do 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CAMURÇA, S. A política como questão: revisitando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In: ÁVILA, M. B. (Org.) **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CASTRO, G. (ORG.) **Manguezais x Carcinicultura: lições aprendidas**. Fortaleza: Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense, 2009.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. O problema da escala. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 p. 117-140.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA QUESTÃO AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? In: **e-cadernos ces** [Online], 17, 2012.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF, CPP: 2016.

CRUZ, V. do C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELARD, H (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2013.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UFC; INSTITUTO TERRAMAR. **Uso e ocupação da terra por comunidades tradicionais na Zona Costeira do Ceara – diagnóstico sócio-ambiental participativo**. Relatório. Fortaleza: Departamento de Geografia da UFC; Instituto Terramar, 2003.

DIEGUES, A. C. (Org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, A. C. A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

FERRAZ, M. L. C. P. **Educação ambiental contínua: a vida como foco da aprendizagem, o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos, comunidade de Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba – Amontada/CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2004.



- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 2006.
- GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011
- GOMES, A. O; VIEIRA NETO, J. P. **Historiando Caetanos de Cima**. Fortaleza: Instituto Terramar e Rede Tucum, 2010.
- GOMES, H. C. M. **Para onde sopram os ventos?** Escola, Vida e Cultura dos Povos do Mar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2002.
- GONDIM, L. M. P. **A técnica da entrevista**. Fortaleza, 2013 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, S. de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.
- GOUVEIA, T. Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade. In: ÁVILA, M. B. (Org.) **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2001.
- GUEDES, A. D. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: ACSELARD, H (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2013.
- HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C e FERRARI, M. (orgs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- IBAMA. Diagnóstico da Atividade de Carcinicultura no Estado do Ceará. Fortaleza: IBAMA/MMA, 2005.
- IBGE. **Amontada**. Disponível em: <  
<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=230075>> Acesso em: 05 jul. 2016.
- IPECE. **Perfil básico municipal – Amontada**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, 2015.
- LEROY, J. P.; MEIRELES, A. J. de A. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M. F; PACHECO, T; LEROY, J. P. (Orgs). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- LIMA, C. F. Reforma do Estado e desenvolvimento no Ceará: notas para o debate. In: Hermanns, K; MORAES, F. (editores). **Reforma do estado e outros estudos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: Território, Costumes e Conflitos**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LIMA, V. L. O. **Desenvolvimento para a vida: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba – Amontada/Ce**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília: UnB, Série Antropologia 322, 2002.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MCCABE, M. A. **A nossa luta foi uma luta sagrada: o povo do Assentamento Maceió conta a história da sua luta pela terra**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MEIRELES, A. J. de A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais, **Confins [Online]**, 11 | 2011, posto online no dia 26 Março 2011, consultado o 15 Fevereiro 2016. URL : <http://confins.revues.org/6970> ; DOI : 10.4000/confins.6970

\_\_\_\_\_. **Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**, v. 1, n. 0, set, 2004. PP. 11-14.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, M. C de S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. **Contribuições para a gestão da zona costeira no Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOTTA, M. M. A grilagem como legado. In: MOTTA, M. M; PIÑERO, T. (ORGS.) **Voluntariado e universo rural**. Rios de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. de. **O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, A. M. de. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: v. 15, n. 43, 2001.

\_\_\_\_\_. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CPT Nacional. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia, 2016.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa no Brasil. In: CPT Nacional. **Conflitos no Campo – Brasil 2010**. Goiânia, 2011.

PEIRANO, M. G. S. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, R. M. M. **A importância do trabalho pastoral no processo de resistência e luta em defesa da terra na Prainha do Canto Verde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia). Instituto de Ciências da Religião. Fortaleza, 2005.

PORTO ALEGRE, M. S. Repertório de Documentos do Ceará. In: PORTO ALEGRE, M. S. et al (Org.) **Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe**. São Paulo, NHII-USP/FAPESP, Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires, Argentina: LACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Programa OSAL, 2003. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>.> Acesso em: 30 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latinoamericana. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL (ALASRU), 9., 2014, Ciudad de México. **Anais...** Ciudad de México: Alasru, 2014.

\_\_\_\_\_. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola, **Polis** [Online], 41 | 2015, posto online no dia 20 Setembro 2015, consultado o 29 Setembro 2016. URL: <http://polis.revues.org/11027>.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. et al. O campo se manifesta: a questão (da reforma) agrária. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil**, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, A. J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. In: **Cadernos CERU (FFLCH/USP)**, São Paulo, v. 9, p. 109-127, 1997.

RODRIGUES, R. de O.; GAMARRA-ROJAS, G. **Desafios na construção e manutenção de territórios sustentáveis em Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba, Amontada (CE)**, 2016. Disponível em: <<http://terramar.org.br/2016/05/11/desafios-na-construcao-e-manutencao-de-territorio-sustentaveis/#>> Acesso em: 23 jun. 2016.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C e FERRARI, M. (orgs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVA, E. V. **Dinâmica de Paisagem: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (Brasil)**. 1993. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1993.

SILVA, H. N. S. **Zingando nos saberes de Caetanos de Cima**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2006.

SILVA, L. G. **Os Pescadores na História do Brasil**. Recife: CPP, 1988.

SOUSA, V. F. de. **A organização política das mulheres de Caetanos de Cima: história, memória e lições**, 2010 (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Inserção da juventude de Caetanos de Cima no Ensino Superior**, 2016 (mimeo).

SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

SOUZA, M. S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

TEIXEIRA, D. I. A et al. **Cultivo de Macroalgas marinhas do gênero Gracilaria**. Fortaleza: OCEC, 2004.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre – terra e mar: caminhos da sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZHOURI, A. et al. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Introdução, Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, nº 2, 2007.

## ANEXO A – FOTOGRAFIAS SOBRE AS TERRITORIALIDADES RESISTENTES

Figura 1 – Quintal produtivo cultivado sob os princípios da agroecologia.



Fonte: Águeda Coelho, 2016.

Figura 2 – Quintal produtivo como estratégia para garantia da soberania alimentar.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 3 – Pesca artesanal uma das atividades responsável pela reprodução econômica, cultural e simbólica da comunidade.



Fonte: Águeda Coelho, 2016



Figura 4 – Partilha do peixe no galpão de pesca.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 5 – Pesca artesanal da sardinha, uma das espécies de peixe mais capturada na comunidade de Caetanos de Cima.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 6 – Pescadores chegando do mar com a rede recheada de peixes.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 07 – A comunidade celebra as conquistas e a luta pela terra ameaçada pela especulação imobiliária durante Romaria da Terra.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 8 – Assentamento Sabiaguaba, Assentamento Maceió e representantes de outras comunidades da zona costeira celebram a luta pela terra.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 9 – Ponto de Cultura uma conquista da comunidade para o fortalecimento da sua identidade sociocultural.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 10 – Dança do Coco importante manifestação cultural de Caetanos de Cima.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 11 – Acervo e memória, exposição permanente construída a partir do projeto Historiando Caetanos de Cima.



Fonte: Águeda Coelho, 2016



Figura 12 – Coleta de algas marinhas atividade desenvolvida, principalmente, pelas mulheres da comunidade.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

Figura 13 – Paquete, embarcação da pesca artesanal comumente utilizada em pescarias de ir e vir.



Fonte: Águeda Coelho, 2016

## ANEXO B - NOTA PÚBLICA CERCADOS ILEGAIS SÃO ERGUIDOS NA COMUNIDADE DE CAETANOS DE CIMA, ASSENTAMENTO SABIAGUABA, AMONTADA/CEARÁ.

### Cercados ilegais são erguidos na comunidade de Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba, Amontada/Ceará

🕒 3 de fevereiro de 2011    📁 Racismo Ambiental    👤 Combate Racismo Ambiental



Nós, que fazemos parte da Associação dos Pequenos Agricultores Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba (APAP AIS), viemos por meio deste denunciar a invasão de um campo de dunas móveis e de margens de lagoas em uma área de APP (Área de Preservação Permanente), dentro do assentamento rural Sabiaguaba. O campo invadido foi cercado com madeira ilegal, com intuito de mais tarde usar esses terrenos para especulação.

Essa não é a primeira vez que fazemos essa denúncia, e, por essas pessoas não serem devidamente punidas, estão servindo de incentivo para que outras pessoas se sintam com o direito de fazer o mesmo. Nós, que nesse assentamento sempre trabalhamos com a questão ambiental e a preservação do meio ambiente, não achamos que seja justo as áreas de preservação serem invadidas. Essas invasões já vêm dificultando à vida das famílias que aqui vivem.

Por isso solicitamos ao INCRA e ao IBAMA que no exercício de suas atribuições tomem as devidas providências nesse caso e aos movimentos sociais comprometidos com a justiça ambiental sua solidariedade.

Caetanos de Cima, 03 de fevereiro de 2011.

Associação dos Pequenos Agricultores Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba (APAP AIS)

Fonte: <http://acervo.racismoambiental.net.br/2011/02/03/cercados-ilegais-sao-erguidos-na-comunidade-de-caetanos-de-cima-assentamento-sabiaguaba-amontadaceara/>

## ANEXO C – TEXTO NÓS SOMOS MUITOS

# Nós somos muitos... Por: Lucyene Diniz

*Publicado por CAETANOSDECIMA em 12/09/2018*

*“Quem deu esse nó não soube dar.*

*Esse nó tá dado eu desato já.*

*Oh, desenrola essa corrente.*

*Deixa o povo trabalhar.”*

por Lucyene Diniz, irmã Notre Dame que vive no Assentamento Maceió em Itapipoca,

Foto: Lucyene diniz

Foto: Lucyene diniz

O nosso Grito dos e das Excluíd@s no Caetanos de Cima foi marcado pela troca de vivência pelos povos da terra e do mar. Nós do Assentamento Maceió saímos cedinho movidos pela solidariedade com a comunidade vizinha, o povo animado em encontrar e celebrar junto com os compadres e comadres.

Ao chegarmos à comunidade já tinha outras comunidades lá reunidas. Fomos acolhidas com café, tapioca, sardinha assada na brasa, garapa de cana, água de coco e acima de tudo pela alegria da comunidade do Caetanos de Cima de receber a companheirada.

Lá não pega nenhuma operadora de celular, mas tem uma lan house na comunidade e os jovens foram logo conseguir uma horazinha para atualizar o status do facebook, enquanto os mais velhos conversam com os moradores compadres e comadres, só aí percebemos de como as gerações se comunicam de formas diferentes.

Depois fomos logo cada qual arranjar um lugarzinho para atar a rede, sempre bem acolhidos e acolhidas pela comunidade local e assim que nos abrigamos fomos almoçar e era uma fartura: galinha, peixe, carne de porco, tudo muito gostoso e partilhado com alegria.

Após o almoço a juventude se reuniu na capela para preparar os cartazes e depois vieram todas e todos para capela para nos motivarmos e receber da comunidade as orientações para o nosso ato.

A Comunidade do Caetanos puxou cantos antigos da luta e caminhada das comunidades e depois acolheu quem veio e quem veio disse de onde estava chegando. Recebemos as orientações e depois duas senhoras intercederam aos céus que tudo ocorresse na santa paz de Deus.

Organizamo-nos lá fora, com as nossas faixas e cartazes a frente e as mulheres dos Tambores de Safo nos animaram com os seus tambores os cânticos de nossas lutas de ontem e de hoje.

E assim fomos cantando em defesa do território, em defesa da terra dos nossos ancestrais e que queremos garantida para aqueles e aquelas que veem depois de nós.

Foto: Lucyene Diniz

Foto: Lucyene Diniz

O que marcou foi a junção do novo e do velho: os mais velhos partilhando suas experiências de lutas e os mais novos bebendo na fonte, aprendendo, partilhando, brincando e lutando lado a lado, cada qual contribuindo com o que mais tinha de precioso, sejam as mãos calejadas pelo tempo ou pelo vigor e paixão de quem está aprendendo a lutar por seus direitos.

E a noite, quando veio 3 viaturas da polícia, com 7 policiais militares a gente se percebia como perigosos, e nós que poderíamos ser cem nos tornamos oitocentas pessoas. E só no poder de vir até a comunidade três viaturas nos mostra a quem a polícia serve. Depois que os policiais se foram, nos sentamos em roda no salão e partilhamos como tinha sido a experiência e de tudo o que fica é que nossa ação nos fortificou, tanto a comunidade local como aqueles e aquelas que vieram apoiar.

E levamos na mente e no coração o que o companheiro declamou: *“gente é como a água do mar, mesmo movendo lentamente não se deixa dobrar”*.

Terminamos nossa noite do 7 de setembro dançando o Coco com a Comunidade do Caetanos – que mantém essa dança tradicional, passando de geração em geração- e depois com um forrozinho que ninguém é de ferro, e na nossa luta sempre há espaço para a dança, a beleza, para amizade.

Fonte: <https://caetanosdecima.wordpress.com/2013/09/12/nos-somos-muitos-por-lucyene-diniz/>

## ANEXO D – NOTA PÚBLICA GRITO DOS EXCLUÍDOS DA ZONA COSTEIRA

---

### Grito dos Excluídos da Zona Costeira

Resistência e Território Livre em Caetanos de Cima – Amontada – Ceará

10 de Setembro de 2013

Nós, representantes do Assentamento Sabiaguaba, de outros assentamentos rurais de Itapipoca e Amontada, de comunidades da zona costeira do Ceará; do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e de outras organizações parceiras, nos reunidos no último 7 de setembro em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguada, em Amontada, Ceará, para uma ação de retomada do nosso território invadido por terceiros.

Reconhecemos na especulação imobiliária de Caetanos de Cima uma forte expressão de como empresas e Estado atuam em um modelo de desenvolvimento, que visa destruir nossa autonomia e soberania alimentar, saqueando nossos bens ambientais.

Denunciamos a ineficiência do Estado em garantir os territórios das populações tradicionais e de trabalhadoras/res rurais por todo o país. Mesmo as comunidades que conquistaram instrumentos legais para a proteção de suas terras, seja por assentamentos e/ou unidades de conservação, permanecem ameaçadas por empresários e grandes projetos apoiados por governos municipais, estaduais e federal. Enquanto isso, as responsabilidades sobre a gestão e assistência técnica aos trabalhadores e trabalhadoras são cotidianamente negligenciadas.

Denunciamos ainda que em consequência dessa triste realidade, assistimos na zona costeira a invasão de grupos empresariais do turismo, da carcinicultura, dos parques eólicos e do agronegócio que destroem nossas dunas e lagoas, cortam nossos manguezais, contaminam nossos solos e ainda ameaçam nossas vidas.

Tememos por nossa segurança, pois é sabido que em Sabiaguaba e em outros territórios tem crescido a presença de grupos armados e tráfico de drogas coagindo a população local, facilitada pela omissão dos órgãos e autoridades públicas.

Mas afirmamos que não vão nos calar. Neste dia em que movimentos em todo o país estão em marcha com o grito dos excluídos, nós nos somamos às vozes da resistência. Em Caetanos de Cima, mulheres, homens, idosos, jovens e crianças, reafirmam em caminhada e ciranda a resistência e luta por um projeto popular e democrático de transformação da sociedade.

Esse é um importante momento que expressamos a nossa indignação pelo descaso do Estado em relação aos direitos coletivos por nós conquistados e também a nossa força de articulação para enfrentar as tentativas de privatização e comercialização de nossos territórios.

Reivindicamos às autoridades:

- Presença e ação dos organismos federais competentes para conter e punir as tentativas de apropriação privada das terras do Assentamento Sabiaguaba e de outros assentamentos no Estado do Ceará.
- Que o INCRA, realize a demarcação dos limites do Assentamento Sabiaguaba e resolva as pendências jurídicas, que se prolongam há mais de 24 anos!
- Que sejam garantidos apoio técnico e financeiro para todos os assentamentos da Reforma Agrária.
- Que sejam feitas investigações sobre as denúncias de invasão das terras do assentamento e tráfico de drogas na região!
- Que o Ministério Público Federal investigue licenciamentos e estudos de impactos ambientais apresentados pelas empresas que estão instalando os parques eólicos em Amontada e em várias regiões do Ceará!

Por nossos direitos, estaremos presentes, solidários e unificados em defesa dos nossos territórios!

Somos Todos/as Caetanos de Cima

Amontada, 7 de setembro de 2013

Tatajuba – Camocim

Curral Velho – Acaraú

Caetanos de Cima, Assentamento Sabiaguaba – Amontada

Matilha, Assentamento Sabiaguaba – Amontada

Lagoa do Jardim – Amontada

Barra de Moitas – Amontada

Tanques – Amontada

Nova Conquista – Amontada

Melancias – Amontada

Assentamento Timbaúba - Itapipoca

Assentamento Maceió - Itapipoca

Estudantes do departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará

Tambores de Safo – Fórum Cearense de Mulheres

Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará – FDZCC

Batoque – Aquiraz

Jardim – Fortim

Vila da Volta – Aracati

Cumbe – Aracati

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)